

Nuno André Martins Figueiredo

# **Na Margem**

**A importância reconhecida por adultos Surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da  
Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Educação e  
Formação de Adultos.

Sob a orientação do Professor Doutor João Caramelo



## **Resumo**

Esta dissertação de mestrado apresenta uma pesquisa desenvolvida no domínio da Educação e Formação de Adultos com o principal objetivo de identificar, problematizar e questionar a importância reconhecida por adultos Surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional.

Trata-se de um estudo empírico, de natureza mista, realizado com base em métodos de pesquisa, análise documental, entrevistas semiestruturadas e um inquérito para pessoas Surdas.

A formação profissional é uma forma de qualificação profissional e um meio para ingressar no mercado de trabalho que parece continuar indiferente em relação às pessoas com deficiência. Perante as inquietações e debates acerca da problemática que o acesso à formação profissional representa para a comunidade Surda, é importante refletir sobre as barreiras, causas e consequências no que respeita à integração profissional e exercício da cidadania ativa.

A cidadania ativa é própria de uma sociedade dinâmica e deve traduzir-se num desafio social para promover a tomada de consciência sobre a participação cívica de minorias sociais.

No plano metodológico, o inquérito serve para identificar algumas barreiras no acesso à formação profissional, assim como, entrar em contato direto com as opiniões das pessoas Surdas em relação à formação profissional e sentido de cidadania. Foram realizadas seis entrevistas sendo que cinco foram realizadas a pessoas Surdas. A sexta entrevista foi realizada a uma empresária, com o objetivo de perceber a posição empresarial em relação à contratação de pessoas com necessidades específicas como é o caso das pessoas Surdas.

**Palavras-chave:** Educação e Formação de Adultos, Surdez, Formação Profissional, Integração Profissional, Cidadania ativa e Inclusão.



## **Résumé**

Cette thèse présente une recherche développée dans le domaine de l'éducation des adultes et formation avec le but principal d'identifier, de discuter et d'interroger l'importance reconnue par les adultes sourds le rôle de la formation professionnelle pour l'exercice de la citoyenneté active et d'insertion professionnelle.

Il s'agit d'une étude empirique, mixte dans la nature, basée sur des méthodes de recherche, l'analyse des documents, des entrevues semi-structurées et un sondage pour les personnes Sourdes.

Formation professionnelle est une forme de qualification professionnelle et un moyen pour rejoindre le marché du travail qui semble encore indifférent en ce qui concerne les personnes handicapées. Compte tenu des préoccupations et des débats sur l'accès problématique à la formation professionnelle représente pour la communauté sourde, il est important de réfléchir sur les barrières, les causes et les conséquences en ce qui concerne l'insertion professionnelle et de la citoyenneté active.

Citoyenneté active est une société dynamique elle-même et devrait se traduire par un défi social pour promouvoir la sensibilisation sur la participation civique des minorités sociales.

Au niveau méthodologique, le sondage permet d'identifier certains obstacles dans l'accès à la formation professionnelle, ainsi que, entrer en contact direct avec les opinions des personnes sourdes en matière de formation professionnelle et le sens de la citoyenneté. Six entrevues ont été réalisées et cinq ont été organisés pour les personnes sourdes. La sixième entrevue a eu lieu à un responsable, dans le but de comprendre la position de l'entreprise en ce qui concerne l'emploi des personnes ayant des besoins spéciaux, comme dans le cas des personnes sourdes.

**Mots-clés:** Éducation des Adultes et la Prestation de la Formation, Surdité, Professionnelle Formation, Intégration Professionnelle, la Citoyenn t  Active et l'Inclusion.



## **Abstract**

This dissertation presents a research developed in the field of adult education and training with the main purpose to identify, discuss and question the importance recognized by deaf adults the role of vocational training for the exercise of active citizenship and professional integration.

It is an empirical study, mixed in nature, based on research methods, analysis of documents, semi-structured interviews and a survey for deaf people.

Vocational training is a form of professional qualification and a means for joining the labour market which still seems indifferent in relation to people with disabilities. In view of the concerns and debates about the problematic access to vocational training represents for the deaf community, it is important to reflect on the barriers, causes and consequences with regard to professional integration and active citizenship.

Active citizenship is a dynamic society itself and should translate into a social challenge to promote awareness about civic participation of social minorities.

At the methodological level, the survey serves to identify some barriers in access to vocational training, as well as, come into direct contact with the opinions of deaf people in relation to vocational training and sense of citizenship. Six interviews were carried out and five were held to deaf people. The sixth interview was held to a Manager, with the aim of understanding the business position in relation to the employment of people with special needs as in the case of deaf people.

**Keywords:** Adult Education and Training Provision, Deafness, Vocational Training, Professional Integration, Active Citizenship and Inclusion.





## **Agradecimentos**

Agradecer é um gesto indispensável para viver em sociedade. É uma forma de reconhecimento do apoio prestado ao longo das várias etapas da nossa vida.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, Doutor João Caramelo, pelo incentivo, críticas e questões pertinentes que me guiaram na elaboração desta dissertação.

Agradeço à minha família pela paciência, encorajamento e compreensão nos momentos em que não pude estar presente. Agradeço, igualmente, à outra metade do meu coração pela companhia e pela forma como me amparou nas fases mais complicadas, sem isso teria sido mais difícil.

Agradeço à minha empresa por me ter permitido ausentar algumas vezes em prol da minha investigação.

Para terminar agradeço aos meus amigos e a todos os que me apoiaram e motivaram durante a elaboração desta dissertação.

**Obrigado**



## **Lista de abreviaturas**

LGP – Língua Gestual Portuguesa

LG – Língua Gestual

FP – Formação Profissional

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

SNQ – Sistema Nacional de Qualificações



## Índice de anexos

Anexos.....	1
Anexo 1.....	3
INQUÉRITO.....	5
Anexo 2.....	17
DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....	19
Anexo 3.....	21
ROTEIROS E RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS (SURDOS) .....	23
Anexo 4.....	43
ROTEIRO E RESPOSTA DA ENTREVISTA (EMPRESÁRIA) .....	45



## **Lista de Gráficos e Quadros**

Gráfico I – Habilitações académicas.....	66
Gráfico II – Importância da FP para obter emprego.....	78
Gráfico III – Considera-se um cidadão ativo?.....	83
Quadro I – Caraterização dos entrevistados.....	63
Quadro II – Caraterização dos inquiridos.....	65
Quadro III – Barreiras sentidas no acesso à FP.....	69
Quadro IV- Relação da comunidade ouvinte com a Surda.....	73
Quadro V – Barreiras sentidas durante a formação profissional.....	77
Quadro VI – Razões apontadas pelos inquiridos sobre a relação do emprego e cidadania.....	82
Quadro VII – Barreiras no exercício da cidadania ativa.....	83





## **Índice**

Índice.....	17
Introdução.....	19
Capítulo I - Surdez e Cultura.....	21
1    Um olhar sócio-histórico sobre a surdez.....	23
2    Cultura Surda: Perspetiva socioantropológica .....	27
Capítulo II - Surdez e cidadania .....	31
1    Cidadania: aspetos gerais.....	33
2    Cidadania passiva e ativa: direitos e deveres .....	35
3    O Surdo enquanto cidadão. ....	37
Capítulo III - Formação profissional e Integração profissional .....	41
1    Formação profissional: aspetos gerais .....	43
2    Formação profissional de adultos Surdos em Portugal: a legislação.....	45
3    Integração profissional de adultos Surdos .....	47
Capítulo IV - Enquadramento e procedimentos metodológicos .....	51
1    Investigação em educação .....	53
2    Objetivo de estudo.....	55
3    Opções metodológicas ao nível do processo de recolha de informação .....	57
4    Análise e Tratamento de dados .....	59
Capítulo V - Análise e interpretação dos dados.....	61
1    Caracterização dos entrevistados e inquiridos .....	63
1.1    Entrevistados .....	63
1.2    Inquiridos .....	65
1.3    Ligação à LGP .....	67
1.4    Barreiras no acesso à formação profissional .....	69
1.5    Sentido de cidadania.....	71
2    Relação entre a comunidade ouvinte e Surda. ....	73
3    Relação da formação profissional com a integração profissional .....	75
3.1    Barreiras no acesso à formação profissional .....	75
3.2    Barreiras sentidas durante a formação profissional .....	77
3.3    Barreiras no acesso à integração profissional.....	77
4    Relação da formação profissional e da integração profissional com o exercício da cidadania ativa .....	81

## **Na Margem. Surdez: Formação profissional, cidadania e integração profissional**

Considerações finais .....	85
Referências bibliográficas .....	89

## **Introdução**

As últimas décadas têm sido marcadas pela discussão em relação à igualdade de direitos, à inclusão social e ao sentido de cidadania.

São inúmeros os estudos sobre estas temáticas, contudo, no que respeita à surdez a junção destes temas é, ainda, pouco explorada pela comunidade científica em Portugal. Todo o ser humano, independentemente das suas características ou necessidades, tem “direito” à igualdade de direitos desde a educação à saúde, de forma a poder ser incluído socialmente, exercendo os seus direitos e deveres de cidadania que passam, por exemplo, pela equidade no ingresso ao mercado de trabalho.

Antes de mais, para se entender o estudo que se segue, é formulada uma questão fundamental que se apresenta como um desafio não só pela dificuldade de pesquisa bibliográfica mas, também, pela importância que este tema representa para a construção de conhecimento.

“Qual a importância reconhecida por adultos Surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional?”

Penso ser inevitável repensar as questões que envolvem o acesso à formação profissional (FP), exercício de uma cidadania ativa e integração profissional das pessoas adultas Surdas, nesse sentido, este estudo divide-se por V capítulos de forma a contextualizar a surdez no que respeita à sua história epistemológica e à sua relação com a sociedade considerando a FP, cidadania e integração profissional.

No capítulo I é realizada uma abordagem epistemológica sobre a evolução histórica da surdez de forma a contextualizar a surdez em diversos espaços-tempos. É realizada, igualmente, uma abordagem socioantropológica sobre a cultura Surda.

O capítulo II focaliza-se na surdez e cidadania onde se realiza uma abordagem sobre os aspetos gerais da cidadania distinguindo cidadania ativa de cidadania passiva. Tenta-se criar uma relação entre surdez e cidadania, ou seja, perceber o Surdo enquanto cidadão.

No III capítulo aborda-se a formação profissional considerando os aspetos gerais e caracterizando a formação profissional de Surdos adultos, nomeadamente a legislação em vigor. Neste capítulo é, também, tratada a integração profissional de pessoas Surdas.

O capítulo IV apresenta o enquadramento e procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo evidenciando qual o objetivo do estudo, já no capítulo V é realizada a apresentação e discussão de dados onde se analisa conjuntamente os dados recolhidos nas entrevistas e no inquérito realizado a pessoas Surdas.

Para finalizar são produzidas as considerações finais para avaliar de que forma o estudo respondeu à questão inicial. Espero que este estudo possa servir de apoio para futuros estudos nesta matéria.

# Capítulo I - Surdez e Cultura



## 1 Um olhar sócio-histórico sobre a surdez

A Surdez na antiguidade era vista como um tabu. Os Surdos eram considerados seres inabilitados e desprovidos de capacidades cognitivas. Eram marginalizados e excluídos da sociedade, pois não conseguiam comunicar. Neste contexto *“a surdez sempre foi vista como uma doença que impossibilitava o surdo de se tornar um cidadão responsável.”* (Gomes, 2010 p. 15).

São vários os registos, ao longo da história, *“fundados em mitos constituídos com base na religião, na ideologia, nos interesses económicos ou nas diferenças sociais”* (Pacheco & Caramelo, 2005, p.23) que comprovam um percurso sócio histórico discriminatório e segregador da sociedade dominante, isto é, da comunidade ouvinte, em relação às pessoas surdas.

Segundo Afonso (2008), as pessoas Surdas foram alvo de práticas bárbaras e desumanas. Por exemplo: na China, os Surdos eram lançados ao mar; os Gauleses<sup>1</sup> sacrificavam os Surdos a Teutates<sup>2</sup> e em Roma eram mortos por serem considerados seres possuídos e loucos.

Só a partir do século XVI é que começam a surgir estudos e trabalhos realizados em prol da compreensão da Surdez e *“a admitir que a surdez era menos uma condição mental e antes uma barreira à aprendizagem.”* (Cabral, 2005 p.44).

Uma das figuras de relevo na história dos Surdos é Charles Michel (Abbé de L'Épée). L'Épée foi o primeiro educador a fundar, no ano de 1755 em Paris, uma escola pública para ensinar Surdos. L'Épée reconhece o valor da comunicação gestual entre os Surdos pobres que vagueavam nas ruas de Paris e entendeu que poderia utilizar esses gestos e criar um sistema de *“gestos metódicos”* combinando os gestos nativos com as características gramaticais da língua oral francesa (Goldfeld, 2002). Sacks relata que:

*Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos, testemunhou a rápida criação de escolas para surdos em todo o mundo civilizado; a saída dos surdos da negligência e da obscuridade; sua emancipação e cidadania; a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade - escritores,*

---

<sup>1</sup> Gauleses são o conjunto de populações celtas que habitavam a antiga Gália, o que hoje corresponde ao território da França, à Bélgica e à Itália cerca de 800 a.C

<sup>2</sup> Deus Celta

*engenheiros, filósofos e intelectuais surdos, antes inconcebíveis, tornaram-se subitamente possíveis.* (Sacks, 1989, p. 37)

Segundo Sacks (1998), este sistema foi posto em causa por se verificar, posteriormente, que a Língua Gestual (LG) dos Surdos tinha uma estrutura diferente da língua oral. Insurgiram-se, então, algumas vozes (Jacob Rodrigues Pereira, Jean Itard, Samuel Heiniake, ...) a favor do oralismo e contra a educação de Surdos recorrendo à LG<sup>3</sup>.

*“O oralismo, ou filosofia oralista, usa a integração da criança surda à comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral [...]. O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva”.* (Goldfeld, 1997, pp. 30 e 31).

Segundo Goldfeld (1997), a partir do séc. XVIII a pedagogia para os Surdos dividia-se em dois métodos: o alemão e o francês. O método alemão defendia o uso da fala na educação do Surdo, mesmo que de maneira forçada o Surdo tinha que desenvolver a capacidade de ler os lábios, caso contrário não comunicava. O outro método defendia o uso do gesto na educação do Surdo afirmando que qualquer pessoa Surda, ou não, ao ficar privada de linguagem oral recorre a gestos.

Samuel Heiniake, defensor do oralismo na Alemanha, afirma que o Surdo pode aprender a linguagem oral através das interações familiares e se estiver em contato com a sociedade.

Em França, Jacob Rodrigues Pereira, considerado por Sacks (1998, p.38) como um dos mais influentes defensores do oralismo, passou a sua vida a ensinar Surdos a falar. Pereira foi contratado por um aristocrata francês (d'Azy d'Etavigny) para educar o seu filho Surdo de 16 anos. Os resultados obtidos com este aluno foram fantásticos e admiravelmente rápidos. Ao fim de quatro meses o jovem Surdo já pronunciava várias sílabas e palavras e passados dez meses já compreendia e pronunciava 1300 palavras.

---

<sup>3</sup> É a Língua materna de qualquer comunidade surda e apresenta uma natureza própria. Possui, como qualquer língua oral, uma fonética, fonologia, léxico, sintaxe, semântica e pragmática própria, e sem dúvida alguma é uma Língua visual, onde o som não desempenha qualquer papel produtivo. É uma língua de movimento e de espaço, das mãos e dos olhos e da comunicação abstrata, falada através de um espaço tridimensional, onde a configuração da mão, o movimento corporal, a expressão facial, a localização e a orientação das mãos descrevem tudo o que vemos, sentimos, pensamos e transmitimos através do sentido das palavras. A Língua Gestual não é Universal. A Língua é o espelho da sua cultura, como tal, as Línguas diferem entre si e a Língua Gestual é um veículo importante, se não o mais importante, da cultura dos surdos.

Fonte: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57454/2/76735.PDF>



Pereira descurou o fato de este aluno Surdo ter sido educado, até aos 16 anos, por monges que se comunicavam com ele em linguagem gestual e enalteceu as vantagens do método oral.

O oralismo ganhou mais ênfase no ano de 1880 num congresso internacional, em Milão, com repercussões avassaladoras na vida das pessoas e comunidades Surdas da Europa, América e outros continentes. A maioria dos seus participantes acabaria por aprovar, com o voto contrário da delegação americana, da qual fazia parte o único congressista Surdo presente neste congresso sobre a educação dos Surdos, uma resolução em que os idiomas gestuais se consideravam oficialmente banidos de todas as instituições escolares e assistências em que as crianças e jovens Surdos encontravam acolhimento assim como de outras que viessem a criar-se.

O Congresso de Milão decidia decretar, em nome dos Surdos, que os seus idiomas gestuais eram formas de comunicação destituídas de qualquer valor social, intelectual e educativo.

Em Portugal, segundo Martins (1986), até 1823 não existia qualquer tipo de educação para Surdos. O primeiro instituto de Surdos em Portugal foi organizado, em Lisboa, pelo sueco Per Aron Borg que veio a Portugal convidado pelo rei D. João VI. Por volta de 1870, é iniciado em Lisboa, pelo Padre Pedro de Aguiar, um curso gratuito para Surdos.

Após a existência de alguns institutos para pessoas Surdas, como por exemplo o de Araújo Porto, no Porto, criaram-se outros por todo o país, como o Instituto de Surdos do Funchal e os institutos Jacob Rodrigues Pereira e Imaculada Conceição, em Lisboa. Estes institutos concebiam o Surdo como um deficiente auditivo, centrando-se na reeducação auditiva através da estimulação da leitura labial e da oralidade.

Mais de um século depois de Milão, já nos anos 80 do século XX, em Portugal começa-se a assistir uma mudança nas conceções teóricas sobre os Surdos. Depois de Portugal ter entrado para a CEE, em 1986, surge o Gestuário<sup>4</sup> e só em 1997 é que

---

<sup>4</sup> O Gestuário de Língua Gestual Portuguesa é uma coletânea de gestos, da LGP, fruto de uma pesquisa dos dialetos usados pelos diversos grupos de Surdos, em todo Portugal. Foi lançado por José Bettencourt, em 1992. É o primeiro dicionário da LGP.

## **Na Margem. Surdez: Formação profissional, cidadania e integração profissional**

Portugal reconhece, na Constituição da República Portuguesa<sup>5</sup>, a Língua Gestual Portuguesa<sup>6</sup> (LGP) como Língua Oficial da Comunidade Surda.

---

<sup>5</sup> N.º 2 do artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa

<sup>6</sup> É a língua utilizada pela comunidade surda portuguesa. Tem uma gramática própria e um dicionário próprio, o Gestuário, em que os significados aparecem sob a forma de gestos. Assim, como os surdos Portugueses têm uma cultura própria, a Língua Gestual Portuguesa é diferente das demais Línguas Gestuais.

## 2 Cultura Surda: Perspetiva socioantropológica

Falar sobre a história dos Surdos, da sua língua e da sua educação implica fazer referência à sua identidade cultural.

O estudo da “cultura<sup>7</sup>” é uma tarefa de concretização difícil, a sua definição divide-se por diferentes parâmetros: valores, estrutura da comunidade, símbolos, aspetos sociais e históricos.

A existência de uma realidade cultural Surda surge na literatura através de Stokoe (Stokoe *et al.*, 1965) e, segundo Pereira (2008), a cultura Surda<sup>8</sup> surge como uma “*realidade feita de comportamentos aprendidos imersos numa língua específica e valores específicos*” (Pereira, 2008 p.41).

Poche (1989) afirma que por cultura entende-se os (...) *esquemas percetivos e interpretativos segundo os quais um grupo produz o discurso de sua relação com o mundo e com o conhecimento, ou qualquer outra proposição equivalente; a língua e a cultura são duas produções paralelas e, além disso, a língua é um "recurso" na produção da cultura*” (...), embora não seja o único. Pare ele, a língua é “*um instrumento que serve à linguagem para criar, simbolizar e fazer circular sentido, é um processo permanente de interação social.*”

Então, como diz Poche, se a língua é uma forma de produzir uma cultura e se, segundo Geertz (1989), a cultura obedece a regras comportamentais, a cultura Surda é, então, construída a partir de um grupo de pessoas que respondem às mesmas regras, os mesmos valores e que comunicam na mesma língua.

Na área da surdez encontra-se geralmente o termo “cultura” como referência à LG. James Woodward citado em Gomes (2010, p. 52) criou dois termos: “Surdo” e “surdo”, distinguindo “Surdo”, com letra maiúscula, como linguística e culturalmente pertencentes à comunidade Surda com identidades próprias, enquanto “surdo”, com letra minúscula, representa aquele que tem apenas problemas de audição.

---

<sup>7</sup> A palavra cultura deriva etimologicamente do latim *cultus* (o verbo *colere*). O verbo *colere* expõe vários significados: praticar, cuidar, honrar, ocupar-se de, respeitar, proteger e vigiar. A palavra cultura surge sob a forma de substantivo que significa cultura dos campos, que em sentido figurado, pode referir-se a cultura do espírito, ao culto e a acções de honrar (Morgan, 1997: 120).

<sup>8</sup> Comunidade que se define pelo uso de uma língua, a LG, e consequente partilha de uma cultura própria e específica.

A identidade está relacionada com o próprio processo linguístico e, de igual modo, com a sociedade em que se está inserido. A formação da identidade surge ligada à língua, às relações sociais e aos valores e características comuns. A comunidade Surda é constituída por pessoas que têm a mesma cultura, a mesma língua e a mesma identidade, embora, esta identidade possa variar dependendo da origem da pessoa Surda. Ou seja, estando a identidade relacionada com a língua e as interações sociais, esta variação de identidade pode depender do seio familiar onde estão inseridos, por ex.: Surdos filhos de pais Surdos ou Surdos filhos de pais ouvintes etc., a forma de comunicação no seio familiar pode ser distinta, levando à criação de identidades semelhantes (nos valores, cultura e língua) mas não iguais, pois, quer a aquisição da língua, quer as interações sociais podem conter algumas dissemelhanças.

O facto de existir uma cultura Surda e uma identidade Surda não significa pertencer a uma comunidade Surda.

Para Skliar (1999 p.142), *“A língua de sinais[língua gestual] anula a deficiência e permite que os surdos constituam, então, uma comunidade linguística minoritária diferente e não um desvio da normalidade. Com a língua de sinais o surdo toma a palavra.”*

Dentro da comunidade Surda o mundo é visto como estando dividido num mundo dos Surdos e num mundo dos ouvintes. No mundo dos Surdos, os Surdos não são incapazes, simplesmente usam uma linguagem diferente que é visual/gestual. Miranda (2001), diz que:

*Como académico, uso o termo comunidade surda porque o mesmo se adapta facilmente. Mas aqui tenho de separar “**mundo surdo**”, “**comunidade surda**”, “**cultura surda**”. Entendo mundo surdo como a produção de significados ou de expressão dos surdos, cultura surda como as significações produzidas no interior da comunidade surda e por comunidade surda, claramente passo a mencionar a comunidade, o momento de encontro das pessoas surdas. Por quê isto? Porque os surdos têm tendência a encontrar-se com identidades iguais que se diluem pelo uso constante da língua de sinais como forma de comunicação, como forma de expressão cultural que difere da expressão do ouvinte. Por exemplo, as reuniões de diversão dos surdos*

*raramente comportam o elemento música, comportam sim as muitas horas passadas no sinalizar, na diluição do conteúdo de suas vidas na comunicação entre semelhantes.*

Para pertencer à comunidade Surda, segundo este ponto de vista, é necessário que a pessoa Surda se reveja na comunidade. Ou seja, que a sua identidade se reflita nessa mesma comunidade. Como menciona Perlin Gladis (1998), existem várias identidades Surdas e é de acordo com elas que as pessoas Surdas estão, mais ou menos, em contato com a comunidade Surda. Todas as pessoas, Surdas ou ouvintes, têm o direito à sua comunidade, à sua cidadania.



## **Capítulo II - Surdez e cidadania**





## 1 Cidadania: aspetos gerais

A origem da palavra cidadania vem do latim “*civitas*”, que quer dizer cidade. Segundo Barbalet (1989, p.11), “*a cidadania é tão velha como as comunidades humanas sedentárias*”.

O conceito de cidadania está fortemente ligado à noção de direitos. Sucintamente pode dizer-se que cidadania é o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive. Segundo Dalmo Dallari (1998, p.14),:

*A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.*

Pensar ou falar sobre cidadania numa dimensão integradora do indivíduo na sociedade não é algo de novo. Ao longo da história existiram várias civilizações com diferentes leituras e aplicações de cidadania que contribuíram para o desenvolvimento deste conceito.

Por exemplo, na Grécia Antiga o conceito de cidadania estava fortemente ligado à naturalidade do indivíduo. A lei definia o cidadão como alguém com direitos e deveres simplesmente por serem oriundos de uma determinada cidade. O direito mais precioso dos cidadãos era participar nas decisões da cidade podendo, inclusive, serem escolhidos para desempenhar cargos públicos. De fora destes direitos ficavam os estrangeiros designados por “metecos<sup>9</sup>” e as mulheres.

No Império Romano a cidadania era um estatuto jurídico-político concedido a cada indivíduo independentemente da sua origem ou condição social. Este estatuto imputava ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres para com o Império de acordo com a lei.

---

<sup>9</sup> Meteco: O estrangeiro que, em Atenas, tinha autorização de residência na polis, distinto do cidadão, ou *eupátrida*, e do escravo. Paga uma taxa especial e é obrigado a cumprir serviço militar, tendo o direito a protecção judicial, mas sem poder ser proprietário fundiário. Entre os metecos, há muitos comerciantes do Pireu e alguns intelectuais, como Aristóteles. Nos finais do século IV começam a receber a plena cidadania. Em 404 a. C. são acusados de ligação aos democratas, são perseguidos pela chamada Oligarquia dos Trinta. Fonte: [http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/lexico\\_grecoromano/meteco.htm](http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/lexico_grecoromano/meteco.htm)

Na Idade Média, a fragmentação do estado Romano veio dissolver o conceito romano de cidadania dando lugar a um conceito de dependência, de submissão a uma entidade tida como superior.

Já na Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, o conceito de cidadania foi influenciado por três movimentos políticos relevantes que decorreram na Europa<sup>10</sup>:

1) Em muitos países deu-se a centralização do Estado. Os cidadãos passaram a reportar-se ao Estado e não a uma pluralidade de entidades superiores.

2) Em Inglaterra, nos finais do século XVII, os cidadãos põem fim ao poder absoluto dos Reis e aclamam o princípio da igualdade de todos perante a lei. O Estado serve apenas para garantir os seus direitos fundamentais, como a liberdade, a igualdade e a propriedade.

3) As sociedades movimentam-se no sentido de proclamar direitos e deveres inalienáveis para todos os indivíduos independentemente do estado-nação a que pertençam. Esta fase impulsionou o surgimento do conceito da cidadania mundial e dos direitos humanos. No século XVIII, com a Revolução Francesa, o mundo ocidental viu o conceito de cidadania seguir novos rumos em direção à “*liberdade, igualdade e fraternidade*”<sup>11</sup>.

Nos dias que correm a palavra “*cidadania*” passou a ser um termo constantemente utilizado quando se trata de assuntos relacionados com a humanidade, com os seus direitos e deveres, com as relações interpessoais e com a integração/participação do indivíduo na sociedade.

Cidadania é o direito a ter uma ideia e poder expressar a mesma, é o direito a votar, a ser diferente, a ter livre escolha de religião e, no fundo, o respeito pelo outro. No plano político, cidadania é o direito de participar ativamente na sociedade, na escolha de governantes, na preservação do espaço comum, é o direito à saúde, à

---

<sup>10</sup> Fonte: <http://alvalade.no.sapo.pt/CursoHistCidadania.htm>

<sup>11</sup> *Liberté, Egalité, Fraternité* (Liberdade, igualdade, fraternidade, em francês) foi o lema da Revolução Francesa. O slogan sobreviveu à revolução, tornando-se o grito de ativistas em prol da democracia e da derrubada de governos opressores e tiranos de todo tipo. O slogan é citado na Constituição francesa de 1946 e 1958. Originalmente, o símbolo era *Liberté, Egalité, Fraternité, ou la mort!* (Liberdade, Igualdade, Fraternidade ou morte!). Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Libert%C3%A9,\\_%C3%A9galit%C3%A9,\\_fraternit%C3%A9](http://pt.wikipedia.org/wiki/Libert%C3%A9,_%C3%A9galit%C3%A9,_fraternit%C3%A9)

educação e habitação. No plano económico, cidadania é, essencialmente, o direito ao emprego, o direito de poder contribuir para o desenvolvimento financeiro da sociedade. Cidadania é, também, um conjunto de deveres para com a sociedade. Dever de defender a sociedade, dever de promover equidade social, dever de respeitar outros seres, dever de defender os valores da humanidade e, sobretudo, o dever de lutar por direitos, visto que, alguns dos deveres cívicos ou deveres de cidadania são igualmente considerados direitos.

## **2 Cidadania passiva e ativa: direitos e deveres**

Dizer que todo o ser humano tem o direito à cidadania é, felizmente, uma verdade incontornável que vem consagrada na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Partindo do princípio de que a cidadania é um “bem adquirido”, importa saber de que forma é que essa cidadania é exercida.

**“Todos temos o direito à cidadania, assim como todos temos o dever de cidadania”**. Esta frase, escrita desta forma, pode parecer um pouco ambígua mas, para simplificar, podemos analisar respetivamente a cidadania em duas dimensões: a dimensão de uma cidadania passiva e a de uma cidadania ativa.

Nos dias que correm, em pleno século XXI, verifica-se uma extrema individualização do ser humano. A noção de que *“eu estou por minha conta e risco e venho em primeiro lugar porque a competição é colossal”* está tão enraizada na sociedade que facilmente o indivíduo se foca nele próprio preocupando-se unicamente em reivindicar os seus direitos.

O próprio termo “passiva” já implica a ideia de permanecer num estado de resignação social em que só se destaca a obrigação individual e não a obrigação coletiva, ou seja, o indivíduo não se identifica como parte integrante de um todo, não acredita, ou até mesmo desconhece o enorme poder que os indivíduos, em conjunto, podem exercer na sociedade. Para o indivíduo os *“direitos civis são contratualmente relacionados (troca restrita) apenas a algumas obrigações mais essenciais”* (Vieira, 2001, p. 44).

Por outro lado, falar de cidadania ativa, ou praticar a cidadania ativa, torna-se um pouco mais complexo, pois, implica participar ativamente na sociedade em todos os seus aspetos sociais, políticos e económicos. A cidadania ativa é um elemento chave

que solidifica uma democracia em que os cidadãos participam civicamente no sentido de tornar a sociedade em que vivem mais livre, equitativa, solidária e justa. A cidadania ativa é “*um complexo sistema identitário, construído a partir da noção do indivíduo enquanto participante das atividades da comunidade*” (Vieira, 2001, p. 42). Como refere o autor, cidadania ativa é “*toda uma série de direitos e obrigações, é balanceada por trocas restritas e generalizadas*”. (Vieira 2001, p. 44).

A cidadania ativa não é mais do que ser cidadão, ser pessoa com direitos e deveres que assume todas as suas responsabilidades mesmo que estas sejam maçadoras. Segundo Peres (2006, p.27),:

*Ser cidadão não é tarefa cómoda, senão muito complicada: as pessoas não nascem cidadãos, mas fazem-se no tempo e no espaço. Na verdade, não é fácil exercer a liberdade e a cidadania – ser pessoa e ser cidadão -, por isso exige-se uma luta sem tréguas para erradicar assimetrias e exclusões socioculturais e criar cenários de esperança realizáveis, fundamentados em valores e princípios éticos, que requalifiquem a democracia com cidadãos participantes e comprometidos.*

A participação dos cidadãos na sociedade é um dever e um direito.

*“Se o direito é um fenómeno social, surgido e mantido para socorrer a certas urgências da vida grupal, ele deve ser solidário do meio em que surge e se desenvolve, uma paralela evolução do direito acompanhando as transformações da sociedade.”* (Neto 1969, p.136)

A sociedade, em constante mutação, apela à cidadania ativa, à luta incessante por uma sociedade de direitos. Subsiste um apelo a todos os indivíduos para participar ativamente na sociedade em diferentes domínios e cada vez mais se denota um apelo ao usufruto dos direitos humanos, sociais, económicos e políticos, e esse apelo estende-se, igualmente, à prática dos deveres inerentes à sociedade.

### 3 O Surdo enquanto cidadão.

As pessoas Surdas sempre foram alvo de discriminação social. Na sociedade predomina um desconhecimento generalizado sobre as pessoas Surdas: a sua língua, a sua cultura, a sua identidade, os seus direitos, os seus interesses e acima de tudo as suas necessidades. Enquanto cidadão a pessoa Surda tem os mesmos direitos e deveres que as restantes pessoas da sociedade e é nessa perspetiva que passo a analisar a relação do Surdo com a sociedade, distinguindo dois planos diferentes: o plano da inclusão social e o plano da interação social.

Quando se utiliza o termo “**inclusão social**” geralmente faz-se referência a várias questões sociais, especialmente quando se debate a inclusão social de pessoas com deficiência. Incluir significa, entre outros, inserir ou fazer parte de algo. Mas quando se fala em inclusão social cria-se o pressuposto de que algo está excluído.

Segundo Bava (2003, p.12),:

*(...) Tanto exclusão social como inclusão social não são conceitos analíticos. Estes são conceitos políticos, que foram introduzidos por motivos políticos. O conceito original do qual derivam estes outros é o da pobreza, que aparentemente foi considerado muito carregado por políticos que desejavam invisibilizar este fenómeno de produção da pobreza. Como os conceitos de exclusão social e inclusão social são abrangentes e envolvem vários tipos de fenómenos, sua utilização acaba por deslocar do centro do debate a questão da pobreza.*

A associação do conceito “**exclusão social**” à pobreza faz todo o sentido tendo em conta que os grupos que se sentem excluídos têm, na sua generalidade, um baixo nível de empregabilidade e, conseqüentemente, uma enorme dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, levando assim, a maiores níveis de pobreza.

Geralmente, quando se aborda o tema “*pobreza*” faz-se uma ligação quase direta com o conceito da inclusão, isto é, parte-se do princípio de que a inclusão é um meio de combate à pobreza. Mas inclusão é muito mais do que isso. Sassaki (1997, p.3), menciona que inclusão é:

*(...) O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um*

*processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.*

Quando se fala em inclusão de pessoas Surdas deve-se adotar uma postura de reflexão, pois é comum submeter os Surdos a políticas representadas sobre a surdez e não a partir dela, ou seja, sobre o Surdo e não a partir do Surdo. Um exemplo concreto encontra-se na LG que é, legalmente, a língua oficial das pessoas Surdas e é a língua que os Surdos utilizam para comunicarem entre si e supostamente com a sociedade. É aqui que as políticas se focam no “sobre a surdez” (o reconhecimento de existir uma LG oficial) e não no “a partir da surdez” (por exemplo: fazer com que a sociedade em geral aprenda a LG de forma a ocorrer comunicação direta entre Surdos e ouvintes).

A inclusão do Surdo passa não só por conhecer a sua língua mas, também, por conhecer a sua cultura e identidade.

Segundo Quadros (2001, p. 60) *"a cultura surda é multifacetada, é própria do surdo, se apresenta de forma visual onde o pensamento e a linguagem são de ordem visual e por isso é tão difícil de ser compreendida pela cultura ouvinte"*.

Uma sociedade que não conhece a cultura dos Surdos, a sua identidade, a sua língua e as suas características, dificilmente poderá contribuir para a sua inclusão social.

O autor refere ainda que *"(...) a identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual, essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como construção multicultural"*. (Quadros, 2006, p. 57).

A cultura, a língua e a identidade Surda fazem parte de uma micro comunidade com códigos próprios que está inserida numa macro comunidade que, por sua vez, é composta por várias micro comunidades que devem encontrar formas de se inter relacionarem realçando os princípios básicos da cidadania (os mesmos direitos e os mesmos deveres).

Numa sociedade heterogénea, as minorias sociais são, geralmente, destacadas pelas suas limitações e não pelas suas potencialidades. São catalogadas como deficientes com uma conotação direta com a incapacidade.

A **interação social** dos Surdos com a sociedade está fortemente vinculada pelo preconceito e pela discriminação social, criando grandes barreiras na relação entre os Surdos e a sociedade, nomeadamente no acesso à educação e ao emprego. O preconceito e a discriminação acontecem devido à ignorância da sociedade em relação a algumas minorias. A comunidade Surda (entre outras) sendo uma comunidade considerada de minoria, com os mesmos direitos e deveres de cidadania comuns a toda a sociedade em que está inserida, vê os seus direitos serem consagrados na Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas<sup>12</sup> (1992).

Como refere o nº1 do Artigo 2º da referida declaração *“as pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas (doravante denominadas “pessoas pertencentes a minorias”) terão direito a desfrutar de sua própria cultura, a professar e praticar sua própria religião, e a utilizar seu próprio idioma, em privado e em público, sem ingerência nem discriminação alguma”*. E o nº2 recorda que *“as pessoas pertencentes a minorias têm o direito de participar efectivamente na vida cultural, religiosa, social, económica e pública”*.

Os direitos de cidadania são os mesmos independentemente da minoria social, étnica, linguística ou religiosa a que se pertença.

A interação dos Surdos com a sociedade é, por vezes, posta em causa devido à discriminação exercida pela sociedade sobre a comunidade Surda e, igualmente, pelo sentimento de exclusão, fraqueza e contrariedade, causados pela discriminação, ou seja, a interação social entre Surdos (comunidade) é diferente da interação social entre Surdos e ouvintes, contendo comportamentos diferentes em cada uma das situações.

As minorias (minorias linguística, no caso da comunidade surda) vêm o seu direito de participação no desenvolvimento da sociedade assolado pela discriminação e pelo preconceito. O nº 5 do Artigo 4º diz que *“os estados deverão examinar as medidas*

---

<sup>12</sup> Sucessora da Liga das Nações, cuja experiência em matéria de proteção às minorias se havia comprovado tão ineficaz, a Organização das Nações Unidas, em seu início de funcionamento, sentira a necessidade de se dedicar a esse delicado assunto. Previu inclusive, a criação de uma Subcomissão, subordinada à Comissão dos Direitos Humanos, especificamente voltada para proteção das minorias.

*apropriadas a fim de permitir que pessoas pertencentes a minorias possam participar plenamente do progresso e do desenvolvimento económico de seu país”.*

Participar no progresso e no desenvolvimento económico da sociedade é um direito e dever de cada cidadão, é praticar cidadania.

O emprego garante que o cidadão possa contribuir para o desenvolvimento económico e social, mas, no caso das minorias, o acesso ao emprego é bastante difícil, o que implica que haja uma aposta forte na qualificação profissional. Como já foi acima referido, o trabalho e a educação/formação profissional é um direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, como tal, o trabalho e a educação/formação profissional estão diretamente ligados ao exercício de cidadania.

A interação social é um fenómeno em que cada um interage com o próximo num determinado contexto espaço-temporal. O acesso ao emprego é uma forma que as pessoas Surdas possuem de interagir com a sociedade, considerando que para aceder ao emprego é necessário ultrapassar imensas barreiras então, a interação social do Surdo com a sociedade é, novamente, posta em causa.



## **Capítulo III - Formação profissional e Integração profissional**



## **1 Formação profissional: aspectos gerais**

A Formação Profissional (FP) é um tema amplamente discutido e muitíssimo valorizado atendendo aos efeitos que os conhecimentos adquiridos na formação provocam nas pessoas e nas empresas, ou em qualquer outro lugar onde se realize qualquer tipo de atividade profissional. É um instrumento que idealmente possibilita um crescimento integrado conjugando o interesse individual com o interesse das empresas.

A sociedade busca, incansavelmente e exigentemente, qualidade em tudo aquilo que consome, em todos os serviços que utiliza, em tudo aquilo que usufrui por direito e principalmente em tudo aquilo pelo qual paga.

Esta exigência da sociedade, ou seja, a busca constante pela qualidade, contribui para um aumento exponencial da competitividade. Muitas empresas têm procurado tornar-se mais competitivas através da implementação de sistemas de gestão de qualidade que conduzam à melhoria dos seus processos internos, estabelecendo relações muito benéficas com os seus fornecedores e essencialmente no atendimento e satisfação das necessidades dos seus clientes. De acordo com algumas perspectivas, a FP é uma das principais vias que possibilitam um crescimento de sucesso no caminho da qualidade.

Segundo John Oakland (1994):

*Qualquer que seja o tipo de organização em que você trabalhe – um hospital, uma universidade, um banco, uma companhia de seguros uma administração municipal, uma companhia aérea, uma fábrica – a competição estará sempre presente: a competição por clientes, por estudantes, por pacientes, por recurso, por fundos. Na maioria das organizações de todos os tipos, restam muito poucas pessoas que ainda precisam ser convencidas de que a qualidade é a mais importante das armas competitivas. (Oakland,1994, p.13.)*

Ao longo do tempo a modernização do sistema produtivo nas empresas vêm requerendo uma maior dinâmica no processo de qualificação dos profissionais, os gestores investem cada vez mais na formação de todos os colaboradores. A qualidade dos seus produtos e serviços depende cada vez mais da forma como se coordenam os trabalhos desenvolvidos por todos os elementos da empresa. Interessa cada vez mais a gestão do conhecimento e da interação entre todos os trabalhadores de forma a atingir o sucesso da empresa.

Júlio Lobos (1991) refere que:

*Qualidade tem a ver, primordialmente, com o processo pelo qual os produtos ou serviços são materializados. Se o processo for bem realizado, um bom produto final advirá naturalmente. A Qualidade reside no que se faz – aliás – em tudo o que se faz – e não apenas no que se tem como consequência disso. (Júlio Lobos, 1991 p.14)*

Sendo a qualidade uma forma de criar competitividade nas empresas, então, torna-se elementar apostar na FP dos trabalhadores, pois, segundo Almeida & Rebelo:

*A formação facultada a um colaborador resultará num aumento da sua capacidade de resolução no trabalho de problemas concretos e uma maior eficiência e capacidade de inovação em situações profissionais concretas. Desta forma a formação profissional apresenta-se como variável preponderante na emergência de uma **learning organization**, ricas em conteúdos, mais educativas, mais autónomas e sobretudo mais competitivas. (Almeida & Rebelo, 2004, pp. 123-131)*

Para Cardim (2005), a FP é uma vantagem na competitividade, pois permite desenvolver e adquirir competências que irão melhorar os desempenhos nos postos de trabalho e criar condições favoráveis a mudanças organizacionais que possam surgir.

*A Formação Profissional emerge como elemento potenciador do crescimento do rendimento das equipas de trabalho, promovendo o enriquecimento do conhecimento dos dirigentes de topo, das chefias intermédias e dos colaboradores, permite a estruturação de um pensamento crítico, que leva à partilha de informação e ao culto de boas práticas de gestão que permitirão o sucesso das instituições e, por consequência, de quem nelas trabalha. (Cardim, 2005, pp. 64-66)*

A importância da FP é reconhecida nos círculos empresariais, sociais e políticos de tal forma que se tornou um direito legal de acordo com a Lei<sup>13</sup> nº 7/2009 de 12 de Fevereiro, nomeadamente o nº 2 do Artigo 131 que refere que "*O trabalhador tem direito em cada ano a um número mínimo de 35 horas de formação contínua ou, sendo contratado a termo por período igual ou superior a três meses, um número mínimo de horas proporcional à duração do contrato desse ano*".

As vantagens da FP são notórias, os seus efeitos, a sua influência na melhoria contínua, a qualidade que fomenta e a competitividade que cria são já diretrizes bastante reconhecidas. A sociedade em geral olha para a FP como um meio de evolução e,

---

<sup>13</sup> Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro, nº 2 do artigo 131. Diário da República

principalmente, como uma porta de entrada no mercado de trabalho. Mas esta porta estará aberta para toda a sociedade ou é, ainda, uma porta contaminada pela discriminação e segregação? Estará esta porta aberta a minorias sociais (surdos, cegos, deficientes motores...etc.)?

## **2 Formação profissional de adultos Surdos em Portugal: a legislação**

A FP de adultos Surdos é uma questão pertinente que merece especial atenção pois é um direito social que se insere numa dimensão de igualdade de direitos e oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.

O artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem<sup>14</sup> afirma que:

*Todos os seres humanos nascem iguais e livres em dignidade e em direitos” (...) “todo o indivíduo tem direito à vida e à liberdade “como refere o artigo 3º. O artigo 7.º refere que “todos são iguais perante a lei, sem distinção, têm direito a igual proteção” (...), o artigo 23º menciona que “toda a pessoa tem o direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego” e ainda de referir o artigo 26.º que diz: “toda a pessoa tem direito à educação, pelo menos (...) o ensino elementar obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado, o acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.*

Apesar de existir uma consagração dos direitos do Homem, quando se trata de minorias sociais (como é o caso das pessoas Surdas), estes direitos ainda se encontram num plano teórico em que o caminho a seguir para a prática se mostra bastante complexo e sinuoso. Cabe a cada nação criar políticas que promovam a igualdade de direitos e de acesso à FP e ao mercado de trabalho.

Em Portugal existem algumas leis que regulamentam o acesso das pessoas com deficiência à FP.

---

<sup>14</sup>Carta de princípios, proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948, onde se afirma a preocupação internacional com a preservação dos direitos humanos e se define quais são esses mesmos direitos. A Declaração surgiu como um alerta à consciência humana contra atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, inscreveu-se no objetivo fundador da ONU, a luta pela paz e pela boa convivência entre as diferentes nações, credos, raças, ideologias, etc. A Declaração Universal dos Direitos do Homem enuncia os direitos fundamentais, civis, políticos e sociais de que devem gozar todos os seres humanos, sem discriminação de raça, sexo, nacionalidade ou de qualquer outro tipo, qualquer que seja o país que habite ou o regime nele instituído. A noção de *direitos humanos* tem-se afirmado, na segunda metade do século XX, como um dos conceitos políticos basilares. Contudo, e apesar de todos os estados membros da ONU serem signatários da Declaração, muitos são os que, alegada ou comprovadamente, continuam a não respeitar os seus princípios. A 10 de dezembro, comemora-se o Dia dos Direitos Humanos  
Fonte: <http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>

O Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro, estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações<sup>15</sup> (SNQ) em que um dos seus objetivos visa desenvolver “*competências necessárias ao desenvolvimento dos indivíduos, à promoção da coesão social e ao exercício dos direitos de cidadania*”, bem como a “*promoção da qualificação e integração socioprofissional de grupos com particulares dificuldades de inserção*”.

Ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), *enquanto serviço público de emprego nacional, com a missão da promoção da qualidade de emprego e do combate ao desemprego, compete a execução de políticas activas de emprego, nomeadamente de formação profissional e de promoção da reabilitação profissional das pessoas com deficiências e incapacidades, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 213/2007, de 29 de Maio*”

Uma das políticas ativas de emprego e FP promovidas pelo IEFP é a **Medida de Qualificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades**<sup>16</sup>.

*Constituem objetivos da presente Medida, a promoção de ações que visem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiências e incapacidades, dotando-as de competências ajustadas para o ingresso, reingresso ou permanência no mundo laboral.*

Esta medida apoia ações de FP promovidas por entidades empregadoras ou formadoras certificadas e com estruturas próprias para a área da deficiência.

As empresas/entidades empregadoras têm o dever de impulsionar a coesão social fomentando a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ao abrigo da Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto que:

*Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência” sobretudo o artigo 20º que diz “As entidades privadas, nomeadamente as empresas, cooperativas, fundações e instituições com ou sem fins lucrativos, estruturas representativas dos trabalhadores e associações de empregadores, devem, no desenvolvimento da sua actividade e com vista ao reforço da*

---

<sup>15</sup> O Sistema Nacional de Qualificações promove uma articulação efectiva entre a formação profissional inserida, quer no Sistema Educativo, quer no Mercado de Trabalho, estabelecendo objectivos e instrumentos comuns no contexto de um enquadramento institucional renovado

<sup>16</sup> Fonte: [http://www.iefp.pt/formacao/Prog\\_Qualif\\_Pessoas\\_Def\\_Incap/Paginas/ProgramadeQualificacaodePessoascomDeficienciaeIncapacidades.aspx](http://www.iefp.pt/formacao/Prog_Qualif_Pessoas_Def_Incap/Paginas/ProgramadeQualificacaodePessoascomDeficienciaeIncapacidades.aspx)

*coesão social, promover a satisfação dos interesses económicos, sociais e culturais da pessoa com deficiência.*

O dever de promover a coesão social é um dever transversal à sociedade. Mas o papel do Estado é fundamental; o Estado tem o dever de promover a coesão social apelando a todos os seus parceiros sociais no sentido de potencializar a inclusão e participação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e na sociedade, como refere o artigo 21º: *“Compete ao Estado promover a celebração de protocolos, nomeadamente com as autarquias locais e as instituições particulares e cooperativas de solidariedade social, com vista à criação de uma rede descentralizada de apoio de serviços e equipamentos sociais à pessoa com deficiência.”*

Estes pressupostos assistem as necessidades da pessoa com surdez conferindo o direito à FP e ao emprego. De salientar que não existem políticas específicas de FP para pessoas Surdas mas sim, de uma forma generalizada, para pessoas com deficiência, este aspeto dificulta a procura e oferta da FP, isto é, no caso das pessoas Surdas as ações de FP são escassas e dependem do nível de procura e das possibilidades de criação de condições para a elaboração dessa FP.

### **3 Integração profissional de adultos Surdos**

Em Portugal, as políticas sociais relativas à cidadania de pessoas com deficiência ganhou visibilidade a partir do ano 2000 com a aprovação da Lei Antidiscriminação das pessoas com deficiência e com o 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades (2006-2009).

Na página 43 deste plano é referido que:

*O princípio da igualdade consagrado na Constituição da República Portuguesa traduz-se, no que se refere às pessoas com deficiências ou incapacidade, no reconhecimento do gozo pleno dos direitos consagrados na lei, na proibição de discriminação com fundamento na deficiência e na garantia da igualdade de oportunidades.*

A alínea (a) do artigo 3º da Lei nº 46/2006 de 28 de Agosto diz que *“«Discriminação directa» [é] a que ocorre sempre que uma pessoa com deficiência seja objecto de um tratamento menos favorável que aquele que é, tenha sido ou venha a ser dado a outra pessoa em situação comparável.”*

A legislação em vigor apela à justiça social e à igualdade de oportunidades. Aos olhos da lei todos os Homens são iguais e todos têm os mesmos deveres e direitos colocando-os todos em igualdade, contudo, não são tidas em conta as características ou diferenças de cada um, o que acarreta pensar que estão todos no mesmo patamar circunstancial. Ou seja, é imputado à pessoa com deficiência o êxito ou não êxito da sua escolarização, ingresso no mercado de trabalho e inclusão social.

A integração profissional de pessoas com deficiência é um fator de elevada importância e cada vez mais discutido numa sociedade que se verifica mais atenta à diversidade humana.

A integração no mercado de trabalho é um processo complexo que se torna num desafio para a pessoa Surda no sentido de se autopromover no acesso a oportunidades de emprego de forma a criar a sua independência económica, valorizando-se e realizando-se pessoalmente.

A integração profissional não é um ato individual da pessoa Surda, mas sim um ato comunitário como referem Redondo & Carvalho, (2000, p.53) a integração profissional é *“um compromisso social, que precisa ser assumido não só pelo portador de deficiência, mas também por sua família e sua comunidade, pelas entidades educacionais, pelas empresas públicas e privadas e pela sociedade civil como um todo.”*

Não obstante, as portas do mercado de trabalho nem sempre estão abertas para as pessoas Surdas que lutam constantemente pelo ingresso no mercado de trabalho.

A integração profissional das pessoas Surdas prende-se não só com elas mesmas mas igualmente com o meio que as rodeia, ou seja, torna-se numa questão de direitos e deveres. As pessoas Surdas têm o direito à sua qualificação profissional de forma a potencializar a sua integração no mercado de trabalho, mas, de igual modo, a sociedade em geral e especificamente as entidades empregadoras, tem o dever social de promover a integração profissional de pessoas com deficiência. Como menciona Sassaki (2006, p.99) *“as empresas devem ser consciencializadas sobre os benefícios da diversidade humana na força de trabalho, os princípios da equiparação de oportunidades e os fundamentos da responsabilidade social”*.



Sassaki (2006, p. 102) refere ainda que *“é a sociedade que precisa se adaptar às necessidades e habilidades das pessoas e não o inverso”*.

Havendo uma relação direta da FP com o acesso ao emprego torna-se evidente que se o acesso à FP for condicionado, de alguma forma, ou se houver inexistência de FP adaptada para pessoas Surdas, então, o ingresso no mercado de trabalho será uma tarefa ainda mais complexa.



## **Capítulo IV - Enquadramento e procedimentos metodológicos**



## 1 Investigação em educação

A investigação<sup>20</sup> é, sem dúvida, um motor de ajuda na procura de respostas para alguns problemas, é problematizar um problema, é criar mecanismos rigorosos e capazes de analisar a realidade social. Investigar é descobrir e redescobrir novos conceitos, novas realidades, novos desafios e novas opiniões. Investigar é reivindicar o saber, seguir os vestígios, questionar, por em causa, é relacionar a vida quotidiana com a ciência, com o querer saber mais. Em suma, investigar é desenvolver, evoluir e mudar.

Para investigar em educação (assim como em qualquer outra área) é fundamental saber o que se pretende com a investigação. Quivy & Campenhoudt, (1998, p. 19) referem que o que se pretende com o trabalho de investigação é:

*Compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto de situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de numa organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações.*

As metodologias de investigação a usar dependerão dos propósitos a que a pesquisa se propõe, dos objetivos pretendidos e das características que se pretende evidenciar. São várias as metodologias de investigação, contudo gostaria de evidenciar, sucintamente, quatro metodologias de investigação que me parecem ser as mais utilizadas na investigação em educação. São elas a investigação: quantitativa, qualitativa, mista e estudo de caso.

A investigação quantitativa é frequentemente utilizada para realizar inquéritos de forma a obter dados precisos para que seja possível realizar análises objetivas desses dados. Segundo Bell (2004, pp. 19-20) “os investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles”.

Já no que respeita à investigação qualitativa o mesmo autor refere ainda que os investigadores qualitativos “estão mais interessados em compreender as percepções individuais do mundo. Procuram compreensão, em vez de análise estatística. (...)”.

---

<sup>20</sup> Segundo Sousa, (2005, p. 11) “O termo “investigação” deriva do latim “investigatio” (in+vestigium), “in” significando uma acção de entrar e “vestigium” correspondendo a vestígio, marca, sinal”.

*Contudo, há momentos em que os investigadores qualitativos recorrem a técnicas quantitativas, e vice-versa.” (Bell 2004, pp. 19-20).*

Enquanto a investigação quantitativa é considerada objetiva, a investigação qualitativa é subjetiva e aberta a conceber novas teorias, consagrando uma proximidade com a realidade e permitindo diferenciar o mundo natural do mundo social. A investigação qualitativa procura responder à questão “Porquê?” analisando e teorizando sobre a questão, contrariamente ao método de investigação quantitativa que responde à questão “O quê?” possibilitando expressar numericamente e estatisticamente todos os dados recolhidos.

A aplicação de metodologias quantitativas e qualitativas pode proporcionar diferentes perspetivas de análise sobre mesmo assunto tornando o processo de investigação mais rico e completo. A utilização destes dois paradigmas, qualitativo e quantitativo originam um novo paradigma, ou seja, uma metodologia de investigação mista que permite mobilizar diferentes métodos de análise possibilitando analisar, desta forma, diferentes tipos de questões.

Esta metodologia (mista) foi utilizada na realização desta investigação porque se enquadrava nas necessidades de recolha de dados permitindo efetuar um cruzamento de dados qualitativos referentes a entrevistas e quantitativos referentes a inquéritos. Segundo Shaffer e Serlin (2004, p. 23):

*Os métodos qualitativos e quantitativos são, em última análise, métodos para garantir a apresentação de uma amostra adequada. Ambos constituem tentativas para projectar um conjunto finito de informação para uma população mais ampla: uma população de indivíduos no caso do típico inquérito quantitativo, ou uma colecção de observações na análise qualitativa. [...] O objectivo em qualquer análise é adequar a técnica à inferência, a afirmação à comprovação.*

Uma outra metodologia de investigação frequentemente usada na investigação em educação é a metodologia de estudo de caso. Pontes (2006, p 2), refere que estudo de caso:

*É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e*

*característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.*

O estudo de caso é uma investigação no seu ambiente natural de forma a recolher dados para responder às perguntas “Como?” e “Porquê?”. É uma investigação focalizada de carácter único e específico.

## **2 Objetivo de estudo**

O desenvolvimento de uma investigação resulta da vontade de conhecer algo, de saciar a curiosidade transformando-a em conhecimento concreto.

Segundo Quivy & Campenhoudt, (1998 p. 31) “ *O primeiro problema que se põe ao investigador é muito simplesmente o de saber como começar bem o seu trabalho.*”

A melhor forma de se iniciar uma investigação reside na criação de uma pergunta de partida, que nesta investigação é: “*Qual a importância reconhecida por adultos surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional?*”.

Numa sociedade em que a própria palavra “surdez” constitui uma barreira na integração social das pessoas Surdas, o acesso a determinados direitos é fortemente condicionado, como por exemplo o acesso à FP.

A FP afigura-se como uma ferramenta fundamental para promover a integração profissional potencializando, assim, o exercício de uma cidadania ativa. Partindo destes pressupostos pretendeu-se perceber quais seriam os aspetos que as pessoas Surdas consideram mais ou menos condicionantes no acesso à FP.

A principal finalidade deste estudo passa por representar e compreender a realidade das pessoas Surdas no acesso à FP, estabelecendo uma ligação com a cidadania e integração profissional, através das suas experiencias e opiniões.





### 3 Opções metodológicas ao nível do processo de recolha de informação

A aplicação de uma metodologia de investigação é um instrumento através do qual se realiza uma abordagem propositada e organizada sobre a realidade a estudar. A procura de respostas engloba a utilização de procedimentos, técnicas e documentos teóricos auxiliares no desenvolvimento da investigação.

Esta investigação pretende contribuir para uma interpretação sobre o papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional de pessoas Surdas. Assim, a investigação realizada obedece a princípios teóricos e metodológicos apresentando uma abordagem mista na recolha de dados.

As metodologias usadas para a teorização, recolha de informação e de dados foram: pesquisa teórica, realização de seis entrevistas e elaboração de um inquérito online para pessoas Surdas.

A primeira metodologia utilizada foi a **pesquisa teórica** que representa um papel decisivo para obter um rigor conceptual e lógico. Segundo Demo (2000, p. 20) a pesquisa teórica é *"dedicada a reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polémicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos"* que possam contribuir para o desenvolvimento teórico-metodológico da investigação. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica capaz de sustentar a investigação na construção de saberes a partir de saberes já adquiridos.

Outra das metodologias utilizadas foi a realização de **entrevistas**. Estas são do tipo semiestruturado, inserindo-se num paradigma qualitativo, e foram realizadas com o recurso a um guião construído para o efeito (ver anexo 3) com a finalidade de recolher dados junto de pessoas Surdas. Com o objetivo de recolher informações no plano do mercado de trabalho uma das entrevistas foi direcionada a uma empresária (ver anexo 4).

Para cada uma das seis entrevistas foi realizado um documento, intitulado consentimento informado, onde se especifica o objetivo do estudo e o pedido de autorização para se realizar as entrevistas (ver anexo 2). Por motivos de preservação das identidades dos entrevistados só será colocado em anexo o exemplar do consentimento informado, ficando eu na posse dos originais assinados pelos próprios.

A seleção dos entrevistados foi aleatória, tendo recorrido à ajuda de uma pessoa Surda, que conheço pessoalmente, e através dela tornou-se possível entrar em contato com outras pessoas Surdas que se disponibilizaram para serem entrevistadas.

Tratando-se de pessoas Surdas, e sendo eu Intérprete de LGP, a via de comunicação para a realização das entrevistas foi a LGP. Desta forma, as perguntas das entrevistas foram transmitidas em LGP, a cada entrevistado, e as respostas foram rececionadas em LGP e traduzidas para português escrito. Posteriormente, as respostas eram lidas pelos entrevistados para garantir que a informação recebida e escrita estava de acordo com a informação transmitida em LGP.

A realização de um **inquérito** (ver anexo 1), direcionado a pessoas Surdas, foi outra metodologia utilizada para a recolha de dados e insere-se no paradigma quantitativo, assumindo nesta pesquisa um papel complementar na recolha de dados.

O inquérito, disponível numa página on-line, foi divulgado a partir de contatos pessoais de vários pontos do país que estão, de certa forma, ligadas à comunidade Surda e que se disponibilizaram para fazer chegar o inquérito aos entrevistados e inquiridos divulgando-o pelos seus contatos e nas associações de Surdos com as quais têm ligação.

O inquérito pretende obter informações que possam servir de suporte à análise realizada das entrevistas e, igualmente, que possam representar uma ferramenta de contestação da mesma.

No decorrer da elaboração desta investigação foram considerados dois aspetos que influenciaram a escolha das metodologias utilizadas e que se afiguravam em dificuldades a ultrapassar.

Encontrar a melhor forma de construir um inquérito para pessoas Surdas, de maneira a que este pudesse ser proveitoso para a recolha de dados e servir de complemento às entrevistas, traduziu-se numa das dificuldades a ultrapassar.

A linguagem utilizada foi outra dificuldade sentida. A LGP é a língua materna das pessoas Surdas, já a Língua Portuguesa (oral e/ou escrita) é a sua segunda língua. Os níveis lexicais das duas línguas não são iguais, sendo que o nível lexical da LGP é menos completo do que o da Língua Portuguesa. Desta forma, a dificuldade assentava no tipo de vocabulário a utilizar de forma a poder chegar a todos os Surdos, mais ou

menos escolarizados, visto que a recolha de dados seria, no caso dos inquéritos, na sua segunda língua.

Sendo o Português escrito a segunda língua das pessoas Surdas houve intenção de utilizar, para a escrita desta dissertação, uma linguagem simplificada de forma a ser acessível e compreensível por todas as pessoas Surdas, pois, foi pensando nelas que esta investigação foi realizada.

#### **4 Análise e Tratamento de dados**

Nesta investigação o tratamento de dados apoiou-se na técnica da análise de conteúdo com base no roteiro das entrevistas e no inquérito realizado.

Segundo Bardín (1977, p. 42), a análise de conteúdo é um conjunto de *“técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”*.

A análise de conteúdo das entrevistas e do inquérito realizou-se através da categorização dos temas a trabalhar, sendo esta uma das principais dificuldades sentidas na análise dos dados recolhidos, todavia, esta efetuou-se em função dos objetivos propostos, que são a caracterização dos entrevistados e inquiridos, a relação da FP com a integração profissional e a relação destas com o exercício da cidadania ativa.

A análise de conteúdo teve maior incidência no segundo e terceiro tema na medida em que o primeiro pretende apenas obter informações relativamente às pessoas inquiridas e entrevistadas. O segundo e terceiro tema foram alvo de uma análise mais rigorosa através das informações recolhidas nas entrevistas e dos dados obtidos através do inquérito. A realização de um inquérito a várias pessoas Surdas permitiu recolher dados diversificados que serviram de corroboração ou contradição à análise dos dados obtidos nas entrevistas.



# **Capítulo V - Análise e interpretação dos dados**



Este capítulo é dedicado à análise e interpretação dos dados e é dividido em quatro subcapítulos: **caracterização dos entrevistados e inquiridos; relação entre a comunidade Surda e a comunidade ouvinte; relação da formação profissional com a integração profissional e relação da formação profissional e da integração profissional com o exercício da cidadania ativa.**

A análise das entrevistas será realizada com recurso a dados recolhidos através do inquérito que terá um papel de suporte e/ou de contestação.

## **1 Caracterização dos entrevistados e inquiridos**

### **1.1 Entrevistados**

Neste ponto será realizada a caracterização dos entrevistados que diz respeito às primeiras perguntas das entrevistas (ver anexo 3).

Os entrevistados têm idades compreendidas entre 27 e 56 anos. No que respeita às habilitações académicas apenas duas pessoas possuem formação superior. Os restantes têm formação compreendida entre a 4ª classe e o 12º ano de escolaridade.

No quadro que se segue, de caracterização dos entrevistados, podemos ver a informação relativamente a todos os entrevistados. A cada entrevistas foi atribuída uma letra sendo que da letra A à letra E são correspondentes às entrevistas a pessoas Surdas e a letra F correspondente à entrevista realizada a uma empresária.

<b>Entrevistado</b>	<b>Habilitações académicas</b>	<b>Idade</b>
<b>A</b>	Formadora de LGP	36
<b>B</b>	9º ano	40
<b>C</b>	12ª ano	30
<b>D</b>	4ª classe	56
<b>E</b>	12º ano	27
<b>F</b>	Licenciada em Comércio Internacional	47

**Quadro I** – caracterização dos entrevistados (ver anexos 3 e 4)

Como podemos constatar apenas um dos Surdos entrevistados possui formação superior, estando essa formação diretamente ligada à LGP. Verifica-se que os entrevistados Surdos com mais idade possuem menos escolarização ao contrário dos mais jovens. Este dado indica que existe uma maior escolarização das pessoas Surdas nos últimos anos.

Como já foi referido anteriormente, *“a surdez sempre foi vista como uma doença que impossibilitava o surdo de se tornar um cidadão responsável.”* (Gomes, 2010 p. 15). Este paradigma sobre a surdez foi mudando ao longo dos anos e mostrando que as pessoas Surdas têm as mesmas capacidades de aprendizagem que os ouvintes e têm vindo a provar que na existência de condições adaptadas às suas necessidades educativas, a pessoa Surda pode tornar-se num cidadão escolarizado e responsável.



## **1.2 Inquiridos**

A caracterização dos inquiridos será feita neste ponto onde vamos abordar as idades, habilitações académicas e profissão. Como podemos ver no quadro que se segue referente à caracterização dos inquiridos, As idades estão compreendidas entre 22 e 62 anos de idade e as profissões referidas vão desde operário a formador de LGP.

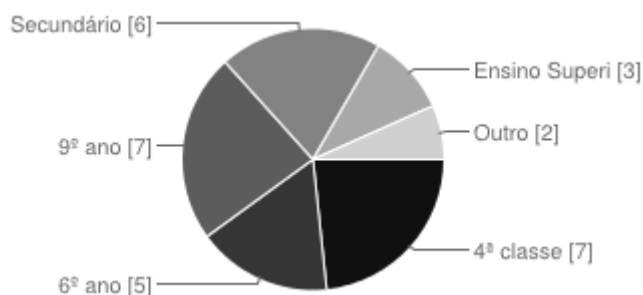
De salientar que o inquérito teve um total de trinta respostas.

Idades	35	33	39	37	38	42	40	22	23	26	27	29	30	32	31
	59	58	56	55	62	49	48	45	44						
Profissão	operario fabril; ajudante armazém; operario têxtil; pedreiro; empregado de mesa; Formadora de LGP; operario de limpezas; Formador LGP; Bordador; Estudante; Domestica; trabalha abastecer carros; florista; embaladora; Pintor; padeiro; bibliotecário; pintor; arquiteto; tecedeira; Formador de LGP e lavador														

### **Quadro II – caracterização dos inquiridos (ver anexo 1)**

Podemos verificar que são poucas as profissões que requerem o ensino superior como é o caso da formação em LGP e arquitetura, as restantes são profissões para as quais geralmente basta possuir escolarização obrigatória não sendo dada relevante importância à formação profissional para exercer determinadas profissões visto que o conhecimento para realizar algumas tarefas profissionais pode ser adquirido nas próprias empresas que contratam, como por exemplo o “*abastecer carros*”, contudo, as empresas ignoram a complexidade de determinadas profissões não apostando na FP dos seus colaboradores Surdos. Como podemos ver no anexo 1 vinte e dois inquiridos (81%) responderam que nunca tiveram oportunidade de frequentar FP proporcionada pela entidade patronal.

No seguinte gráfico podemos observar as habilitações académicas dos inquiridos.



**Gráfico I – Habilitações académicas (ver anexo 1)**

Podemos verificar que dos trinta inquiridos apenas três possuem ensino superior e somente seis possuem o ensino secundário. O número aumenta se olharmos para a escolarização mais baixa. Contudo, não podemos deixar de ter em conta que só a partir de 2012 é que a escolaridade obrigatória passou a ser até aos 18 anos de idade correspondendo ao 12º ano, como refere o Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto<sup>21</sup>. Até esta data a escolaridade obrigatória era o 9º ano.

Os dados do inquérito estão de acordo com os dados das entrevistas. Ou seja, o número de pessoas com frequência do ensino superior é largamente menor do que o número de pessoas que possuem a escolaridade obrigatória.

<sup>21</sup> A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade. Importa adaptar gradualmente o regime legal existente ao alargamento da escolaridade obrigatória, definindo as medidas necessárias para o seu cumprimento efetivo. O cumprimento da escolaridade de 12 anos é relevante para o progresso social, económico e cultural de todos os portugueses.

### **1.3 Ligação à LGP**

É comum ver pessoas Surdas profissionalmente ligadas à Surdez, quer seja através da prestação de serviço de apoio a pessoas Surdas, quer através da LGP por via do seu ensino a Surdos e ouvintes. Esta ligação profissional à LGP insere-se num paradigma cultural e identitário visto que as pessoas Surdas vivem numa *“realidade feita de comportamentos aprendidos imersos numa língua específica e valores específicos”* (Pereira, 2008 p.41). Todavia, esta ligação profissional à LGP tem maior relevo quando se trata de pessoas com formação superior, pois, os dados recolhidos mostram-nos que os inquiridos e entrevistados sem formação superior, exercem profissões que não estão diretamente ligadas à LGP nem à surdez.

De acordo com os dados das entrevistas podemos verificar que apenas um entrevistado está relacionado profissionalmente com a Surdez e LGP (ver anexo 3, p. 17). Estes dados vão de encontro aos dados do inquérito em que dos trinta inquiridos apenas dois estão ligados à Surdez e LGP e revelam que apesar de o número de Surdos que têm acesso ao ensino superior ser ainda muito reduzido, a maioria dos que ingressam no ensino superior tiram cursos relacionados com a Surdez e LGP, nomeadamente o curso de Formador(a) de LGP.

Os cursos relacionados com a Surdez e LGP são mais atrativos para as pessoas Surdas, embora não sejam cursos unicamente para Surdos, porém, sendo cursos em que a língua dominante é a que Língua Gestual tornando-se mais fácil para as pessoas Surdas aceder a todos os conteúdos sem terem que recorrer a Intérpretes de LGP.

A ligação profissional dos Surdos com a LGP não se deve só à sua identidade cultural, mas também, ao esforço que a comunidade Surda realiza no sentido de fomentar a inclusão social.

Já referido anteriormente, Sassaki (1997, p.3) menciona que inclusão é *“o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.*

Assim sendo, um dos meios utilizados pelas pessoas Surdas na sua preparação para assumirem o seu papel na sociedade é precisamente utilizar a própria LG como uma porta de acesso a um mercado de trabalho diretamente ligado à própria língua.



#### 1.4 Barreiras no acesso à formação profissional

Neste ponto vou analisar as barreiras sentidas pelos entrevistados no acesso à formação profissional através do seguinte quadro.

Entrevista	Resposta
A	<i>Não tive dificuldades porque o curso que queria estava ligado à surdez e era um requisito saber bem a LGP.</i>
B	<i>A comunicação era a maior dificuldade e depois desisti de procurar.</i>
C	<i>Eu queria ser informático porque gosto de computadores mas nenhuma escola tinha cursos desses para surdos. Só tirei essa formação através da associação de Surdos.</i>
D	<i>Nunca tive formação profissional.</i>
E	<i>Sim porque não havia a formação que queria.</i>

#### Quadro III – barreiras sentidas no acesso à FP (ver anexo 3)

Como podemos conferir, dos cinco entrevistados apenas dois tiveram acesso à FP pretendida. Um entrevistado chegou mesmo a desistir de procurar FP. Se pegarmos nos dados do inquérito verificamos que a barreira mais sentida pelos inquiridos foi a *discriminação à surdez* com vinte respostas (40%) seguida, com dezoito respostas (36%), da *inexistência de cursos ou ações de formação adaptados para alunos Surdos* (ver anexo 1 p.9).

A discriminação em relação à Surdez parece representar uma forte barreira no acesso à FP, contudo, também está presente (ou assim é percebida), quer durante a FP, quer durante a escolarização, como refere o entrevistado B “*Sempre fui discriminado pelos meus colegas ouvintes. Não brincavam comigo.*” (ver anexo 3, p. 27)

Como já foi referido acima nesta investigação o artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem diz que: *“toda a pessoa tem direito à educação, pelo menos (...) o ensino elementar obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado, o acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito”*.

A sociedade rege-se por regras e leis, a aplicação destas leis nem sempre acontece ou então, por outro lado, a sua aplicação nem sempre resulta em atingir o objetivo. Como vemos no parágrafo acima a legislação existe contudo, poucos são os esforços realizados para minimizar ou eliminar as barreiras no acesso à FP de pessoas Surdas.

## **1.5 Sentido de cidadania**

Este ponto visa analisar o sentido de cidadania demonstrado pelos entrevistados considerando as respostas dadas às perguntas “*Considera que exerce uma cidadania ativa nos diferentes espaços da sua vida (no trabalho, na vida do país, junto de outras pessoas surdas...)?*” “*Que formas de participação e de intervenção cívica tem especificamente como cidadão surdo?*”?

Todos os entrevistados consideram que exercem uma cidadania ativa. Como podemos ver no anexo 3 (p. 27), o entrevistado B respondeu que “*Sim, sempre cumpro com as minhas obrigações*”. E todos eles consideram que participam civicamente como cidadãos Surdos como refere o entrevistado A (ver anexo 3 p. 23): “*Tento preparar os meus alunos para aprender a viver em sociedade sem nunca se esquecerem que são surdos mas que vivem numa sociedade ouvinte*”.

Torna-se relevante dar ênfase a este sentido de cidadania demonstrado pelos entrevistados pois, este sentimento de cidadania ativa é igualmente detetado nos dados recolhidos no inquérito, visto que dezoito inquiridos (67%) consideram que são cidadãos ativos no exercício da cidadania (ver anexo 1 p. 14) corroborando, assim, a análise das entrevistas.

O sentido de cidadania ativa dos entrevistados e inquiridos é evidente, contudo, não foi possível perceber a que corresponde exatamente esse sentido de cidadania. Isto é, não sabemos em que dimensões essa cidadania é exercida (social, política...).





## 2 Relação entre a comunidade ouvinte e Surda.

A opinião dos entrevistados sobre a relação entre a comunidade ouvinte e a comunidade Surda será analisada neste ponto através do seguinte quadro denominado por relação da comunidade ouvinte com a Surda.

Entrevistado	Resposta
A	<i>Acho que a comunidade ouvinte não conhece a comunidade Surda, não sabe o que é ser surdo e não se preocupa em saber comunicar com surdos. Os ouvintes podem aprender LGP mas os surdos não conseguem aprender a ouvir.</i>
B	<i>É complicado porque os ouvintes não conhecem os surdos e não sabem LGP e nós surdos não conseguimos oralizar e por isso há uma separação. Mas eu fico triste com isso porque convivo com pessoas ouvintes e sei que se tiverem paciência com o tempo podemos comunicar bem.</i>
C	<i>Não muito boa. Os ouvintes não nos conhecem, sabem que não falamos e ficam a olhar.</i>
D	<i>Os ouvintes tratam mal os surdos porque não os conhecem. Se houvesse mais informação sobre os surdos nas escolas, por exemplo, os ouvintes aceitariam melhor os surdos e perceberiam que podemos fazer o que eles fazem.</i>
E	<i>Acho que os ouvintes não respeitam os surdos porque não os conhecem.</i>

**Quadro IV-** Relação da comunidade ouvinte com a Surda. (ver anexo 3)

O sentimento generalizado dos entrevistados é que os ouvintes não conhecem as características da comunidade Surda nem das pessoas Surdas e por esse motivo os ouvintes não os respeitam.

O fato de os ouvintes não conhecerem nem falarem a LGP é, também, um fator de afastamento entre as duas comunidades. Como refere o entrevistado B *“fico triste”* com esta separação porque são duas comunidades que convivem uma com a outra. Já o entrevistado A refere que se a comunidade ouvinte aprendesse LGP a comunicação seria mais fácil e serviria para aproximar as duas comunidades.

Já referido nesta investigação Quadros (2001, p. 60) diz que *"a cultura surda é multifacetada, é própria do surdo, se apresenta de forma visual onde o pensamento e a linguagem são de ordem visual e por isso é tão difícil de ser compreendida pela cultura ouvinte"*.

A interação entre as duas comunidades encontra uma forte barreira na comunicação, a Língua. Esta barreira de enorme peso potencia uma separação da comunidade Surda em relação à comunidade ouvinte, pois, além de esta viver completamente assoberbada e com comportamentos cada vez mais competitivos, seria necessário um esforço linguístico para promover a interação entre as duas comunidades. A falta deste esforço linguístico leva a que a comunidade ouvinte não tenha o conhecimento necessário sobre as carências e características da comunidade Surda dificultando, assim, a sua integração na sociedade.

A comunidade Surda é tratada, pela comunidade ouvinte, como uma comunidade minoritária sem conhecer as suas características e necessidades deixando a discriminação dominar na relação com a comunidade Surda.

### 3 Relação da formação profissional com a integração profissional

Neste subcapítulo é analisada a opinião dos entrevistados e inquiridos sobre a relação da FP com a integração profissional. Esta análise será dividida em três pontos: as barreiras no acesso à FP, as barreiras sentidas durante a FP e barreiras no acesso à integração profissional

#### 3.1 Barreiras no acesso à formação profissional

O entrevistado A refere que *“a maior barreira é encontrar formação profissional na área que se quer e depois para encontrar trabalho é a discriminação que existe em relação a surdos. Mas há quem consegue felizmente”* (ver anexo 3 p. 26). Já o entrevistado B diz que a maior barreira *“é a comunicação com os ouvintes, não ter intérpretes de LGP e não haver trabalho”* (ver anexo 3 p. 30). Os dados do inquérito indicam que as maiores barreiras no acesso à FP são a inexistência de cursos ou ações de formação adaptados para alunos Surdos e a discriminação em relação à Surdez (ver anexo 1).

Uma das maiores dificuldades encontra-se na oferta de FP para adultos Surdos que é muito escassa e ainda na ausência da criação de condições adequadas para receber alunos Surdos, o que leva a que a maioria das pessoas Surdas não encontre FP na área pretendida.

O entrevistado C menciona que os Surdos não têm FP na área pretendida *“ (...) porque nunca há formações para surdos”* (ver anexo 3 p. 33). O entrevistado A refere que as instituições não criam condições necessárias para Surdos *“(...) porque é sempre necessário ter um intérprete de LGP que fica caro para as escolas ou instituições. E também porque têm pouco conhecimento das necessidades dos surdos.”* (ver anexo 3 p. 25).

Os dados do inquérito mostram a mesma opinião (ver anexo 1) onde vinte e dois dos inquiridos (81%) responderam que não tiveram acesso à FP pretendida. A falta de conhecimento sobre que entidades promovem e fornecem FP para pessoas Surdas também é considerada uma barreira, contudo, dezasseis inquiridos (55%) afirmam conhecerem pelo menos uma entidade que disponibiliza formação (ver anexo 1).

As associações de Surdos têm aqui um papel importante, pois, dez dos inquiridos (50%) afirma ter conhecimento destas entidades através das associações de Surdos (ver anexo 1 p).

Outro dado relevante sobre as barreiras no acesso à FP é a distância das instituições que dinamizam FP para Surdos. Estas instituições tendem a existir somente em grandes centros o que dificulta o acesso das pessoas Surdas que moram distantes dos grandes centros.

O entrevistado A refere que ” (...) *existem muitos surdos que não têm recursos para se deslocarem aos locais onde possam existir cursos. Mesmo quando esses cursos são nas associações de Surdos se os surdos forem de muito longe não conseguem ir.*” (ver anexo 3 p. 25). Os dados do inquérito confirmam esta indicação visto que cinco inquiridos (29%) responderam que as entidades ficavam longe da sua área de residência e outros cinco (29%) responderam que as entidades ficavam muito longe da sua área de residência.

A distância das entidades que fornecem FP é uma enorme barreira para as pessoas Surdas que a procuram. Só as pessoas Surdas que moram nos grandes centros têm mais fácil acesso às mesmas. Esta pode ser a causa que levou a onze (61%) dos inquiridos terem respondido que demoram mais de um ano para encontrarem FP.

### **3.2 Barreiras sentidas durante a formação profissional**

No quadro que se segue é possível verificar quais as barreiras mais sentidas pelos Surdos durante a FP.

Como se pode verificar, as barreiras mais sentidas foram dificuldades na comunicação e no acesso ou compreensão dos materiais utilizados pelos formadores. Um dado curioso é que os inquiridos consideram que a discriminação pelo fato de serem Surdos é uma barreira de maior relevo do que o fato de não terem Intérprete de LGP na FP, embora esta seja, também, uma das barreiras indicadas pelos inquiridos.

#### **Que barreiras sentiu durante a sua formação profissional?**

Falta de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa	<b>6</b>	11%
Dificuldades de interação com os colegas	<b>5</b>	9%
Dificuldades de interação com os professores/formadores	<b>1</b>	2%
Discriminação por ser uma pessoa surda	<b>8</b>	15%
Dificuldades de comunicação	<b>17</b>	32%
Dificuldades de acesso ou compreensão dos materiais utilizados pelos formadores	<b>16</b>	30%
Outro	<b>0</b>	0%

#### **Quadro V – Barreiras sentidas durante a formação profissional (ver anexo 1)**

### **3.3 Barreiras no acesso à integração profissional**

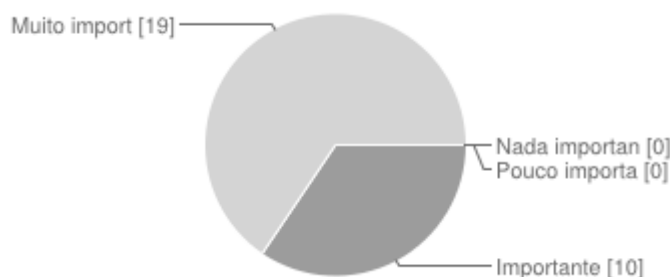
A falta de FP parece constituir uma forte barreira no acesso ao mercado de trabalho pois a inexistência e/ou as dificuldades de acesso à FP provoca consequências muito graves na população Surda. Segundo os dados do inquérito, dezoito dos inquiridos (62%) reconhecem a FP como sendo de elevada importância para Surdos adultos (ver anexo 1).

A falta de FP, num mundo cada vez mais competitivo, propicia não só, mas também, o desemprego. No inquérito verifica-se que 19 dos inquiridos (61%) se

encontra na condição de desempregado de longa duração, este período de desemprego efetivo compreende-se entre os seis meses e os doze anos (ver anexo 1).

No gráfico que se segue pode-se verificar que dezanove dos inquiridos acham a FP muito importante para obter um emprego e outros dez consideram-na importante. Nenhum inquirido achou que a FP pouco ou nada importava (ver anexo 1).

**Considera importante a formação profissional de Surdos adultos para obter um emprego?**



**Gráfico II – Importância da FP para obter emprego (ver anexo 1)**

Um dado a salientar é que das pessoas Surdas que já estiveram empregadas vinte e duas (81%) afirmam que nunca tiveram FP fornecida pelas entidades empregadoras (ver anexo 1). Este facto confirma que as próprias entidades empregadoras também não investem nesses processos formativos.

Mas não é só a FP que constitui uma barreira no acesso ao mercado de trabalho. O próprio mercado de trabalho cria várias barreiras para a integração profissional de pessoas Surdas. Segundo o entrevistado A *“Existe muito preconceito porque os ouvintes ainda pensam que os surdos têm menos capacidades porque não ouvem”* (ver anexo 3 p. 25). O entrevistado C refere que *“(...) quando vou procurar trabalho e notam que sou surdo dizem que não têm vagas”* (ver anexo 3 p. 33). A opinião de todos os entrevistados é que *(...) simplesmente ainda existe preconceito em relação ao surdo no geral”* (ver anexo 1 p. 37), como refere o entrevistado D.

Analisando a entrevista de uma empresária (entrevistado F) podemos refletir sobre determinados pontos relevantes. A entrevistada é licenciada em Comércio Internacional e refere que profissionalmente nunca teve contato com pessoas Surdas,

apenas socialmente (ver anexo 4). Segundo a entrevistada a sua empresa raramente recebe pedidos de emprego de pessoas Surdas embora a sua empresa esteja aberta a esses pedidos.

*“Para ser sincera se houvesse benefícios fiscais atrativos a empresa consideraria essa hipótese. Dirijo um negócio e não uma instituição de caridade”* (ver anexo 4 p. 48).

A entrevistada sabe que existem leis que defendem os direitos das pessoas com deficiência e salienta que as empresas não ignoram essas leis *“(...)mas, como a contratação de pessoas com deficiência depende da vontade das empresas, então, nem se preocupam com as leis nesse sentido”* (ver anexo 4 p. 49) ela reconhece que as empresas têm uma responsabilidade social mas que o Estado deveria criar condições mais vantajosas para as empresas, pois, como refere a entrevistada sobre a contratação de pessoas Surdas *“ (...) se houvesse benefícios fiscais atrativos a empresa consideraria essa hipótese. Dirijo um negócio e não uma instituição de caridade”* (ver anexo 4 p. 49).

A entrevistada diz ainda que as empresas discriminam as pessoas com deficiência porque *“(...) são vistas, pelas empresas no geral, como menos produtivas”* (ver anexo 4 p. 49 ).

Esta visão, ou melhor dizendo, esta discriminação do mercado de trabalho em relação a pessoas Surdas é um fator que potencia o desemprego e a não integração profissional.

Como já foi referido no capítulo I, a Surdez na antiguidade era vista como um tabu e os Surdos eram considerados seres inabilitados e desprovidos de capacidades cognitivas sendo marginalizados e excluídos da sociedade. A ideia de que as Pessoas Surdas são desprovidas de capacidades ainda está de tal forma enraizada na sociedade em geral que se traduz numa barreira no acesso ao mercado de trabalho que continua a ver os cidadãos Surdos como incapazes.





#### **4 Relação da formação profissional e da integração profissional com o exercício da cidadania ativa**

A opinião dos entrevistados sobre a relação da FP e integração profissional com o exercício da cidadania ativa divide-se. Para o entrevistado A “*está relacionada porque com formação profissional podemos ter emprego e sermos mais ativos na sociedade, mas se não tivermos emprego penso que não deixaremos de conseguir praticar cidadania*” (ver anexo 3 p. 25). O emprego é associado à prática de cidadania ativa embora também dependa da personalidade do próprio indivíduo.

O entrevistado B diz que a FP e integração profissional não estão relacionadas com a prática de cidadania ativa “*(...) porque podemos participar na sociedade sem ter trabalho*” (ver anexo 3 p. 29). Já o entrevistado C menciona que talvez essa ligação seja verdadeira “*(...) porque como estou desempregado não posso ajudar os surdos como eu queria*” (ver anexo 3 p. 33).

Para ser um cidadão ativo não é necessário ter emprego, como refere o entrevistado E (ver anexo 3 p. 39), contudo, o entrevistado D diz que “*(...) sem formação profissional é muito difícil ter emprego e sem emprego é difícil cumprir com as obrigações sociais*” (ver anexo 3 p. 37).

Os dados do inquérito confirmam esta divisão de opiniões, pois, treze dos inquiridos (48%) consideram que o desempenho de um trabalho está relacionado com o exercício da cidadania e doze dos inquiridos (44%) consideram que não (ver anexo 1).

No quadro que se segue são expostas as razões apontadas pelos inquiridos sobre o porquê de desempenhar um trabalho (ter emprego) estar relacionado ou não com o exercício de uma cidadania ativa.

**Porquê?**

*“vivemos na mesma sociedade, sou cidadão, se não dinheiro tem e mais difícil viver; pode sim e pode não; porque se tem dinheiro é fácil para viver e pagar impostos; mas se dinheiro não há pode fazer cidadania também; Cidadania é saber viver em sociedade e é possível sermos cidadãos ativos mesmo sem ter emprego, embora ter emprego possa nos dar mais facilidades de praticar cidadania ativa; Ajuda a ter mais vontade de participar na sociedade porque podemos ajudar outros surdos; estar integrado sociedade; eu ser cívico sem ter trabalho; sempre pode ter emprego e fazer cidadania porque é um fator auxiliador para cumprir os nossos deveres para com a sociedade para podermos garantir os nossos direitos; posso fazer as coisas e pagar e também estudar; ajuda a viver na sociedade não tem trabalho para todos; sou arrumado nas ruas; mesmo sem emprego podemos comprar coisas e ajudar outros surdos!”*

**Quadro VI** – Razões apontadas pelos inquiridos sobre a relação do emprego e cidadania (ver anexo 1 p.)

Em análise sobre estas razões verifica-se que o emprego é um fator que auxilia a prática de cidadania ativa, embora, a falta deste não seja condicionante para a prática da mesma. Nas entrevistas e no inquérito verifica-se que as opiniões sobre a prática de cidadania ativa se dividem. Para uns o emprego está diretamente ligado à cidadania ativa e para outros o emprego não é um requisito necessário para a prática de cidadania. Esta pode ser praticada por todos independentemente da situação laboral.

A cidadania ativa é “um complexo sistema identitário, construído a partir da noção do indivíduo enquanto participante das atividades da comunidade” (Vieira, 2001, p. 42).

Podemos concluir, então, que sendo a cidadania um complexo sistema identitário, como refere o autor acima citado, ela parte do indivíduo e não propriamente das condições que possam facilitar a sua prática. Como vimos na análise dos dados recolhidos a noção da prática de cidadania ativa ainda não está bem definida, pois, se para uns ela é conotada com a integração profissional, para outros a cidadania não depende da situação profissional mas sim do comportamento que adotam perante a sociedade.

No seguinte quadro são mostradas quais as barreiras selecionadas pelos inquiridos para o exercício de uma cidadania ativa.

Falta de formação profissional	<b>19</b>	22%
Falta de emprego	<b>21</b>	24%
Discriminação social	<b>27</b>	31%
Dificuldades de comunicação	<b>20</b>	23%
Outro	<b>0</b>	0%

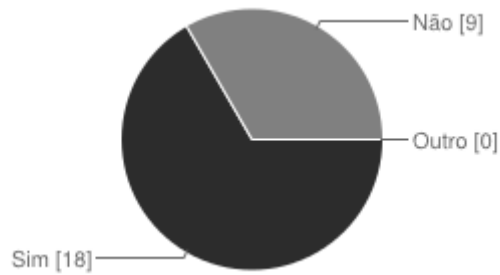
**Quadro VII** – Barreiras no exercício da cidadania ativa (ver anexo 1 p.)

Verifica-se que todos os itens representam uma barreira considerável na opinião dos inquiridos, embora quando lhes foi perguntado quais seriam os facilitadores para o exercício de uma cidadania ativa vinte e seis dos inquiridos (35%) respondeu que seria “*ter emprego*” (ver anexo 1).

Pode-se subentender que se “*ter emprego*” facilita o exercício da cidadania, então, a FP, que é considerada, quer pelos entrevistados, quer pelos inquiridos como importante para obter um emprego, assume um papel relevante para o exercício da cidadania ativa.

Sendo a educação uma forma de consciencializar a sociedade sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos. A FP, sendo uma fonte de educação, tem uma participação considerável nesse sentido abrindo, não somente, caminhos para a integração profissional, mas também, para a instrução e desenvolvimento pessoal.

No seguinte gráfico pode-se verificar que são mais os inquiridos que se sentem cidadãos ativos com dezoito respostas (67%) do que os que se sentem não ativos com nove respostas (33%), embora não esteja bem definido para os entrevistados e inquiridos o que significa ser cidadão não ativo ou menos ativo.



**Gráfico III** – Considera-se um cidadão ativo? (ver anexo 1)

As pessoas Surdas sentem que mesmo sem emprego podem e participam ativamente na sociedade.

Peres (2006, p. 27), refere que *“Ser cidadão não é tarefa cómoda, senão muito complicada: as pessoas não nascem cidadãos, mas fazem-se no tempo e no espaço”*. Como diz Peres as pessoas não nascem cidadãs, a cidadania advém da postura das pessoas em relação à sociedade. Isto é, cabe a cada indivíduo a decisão de praticar uma cidadania mais ou menos ativa independentemente das condições que possam facilitar ou não o seu exercício.

## **Considerações finais**

A investigação aqui apresentada pretende questionar e problematizar a importância reconhecida por adultos Surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional.

Não é pretensão desta investigação encontrar soluções nem formular hipóteses mas sim produzir uma análise dos dados recolhidos. Após essa análise achei pertinente dividir este texto em três pontos conclusivos:

- A importância da FP para as pessoas Surdas;

Com base nos dados recolhidos fica claro que os entrevistados e inquiridos desta investigação, ou seja, os Surdos adultos, considera a FP extremamente importante como forma de preparação para ingressar no mercado de trabalho, assim como, valorização e instrução pessoal e profissional.

Fica claro, também, que o acesso à FP abarca muitas barreiras, identificadas nesta investigação, que dificultam enormemente esse acesso.

Mesmo quando esse acesso é conseguido surgem outras barreiras como por exemplo, dificuldades de comunicação, escassez na oferta de cursos profissionais para adultos Surdos, assim como, a não aposta das entidades formadoras na criação de condições próprias para pessoas Surdas.

- A importância da FP para a integração profissional;

Os Surdos adultos consideram a FP igualmente importante para a integração profissional. O mercado de trabalho comporta-se de uma forma exclusiva em relação às pessoas com Surdas. Este comportamento é um indicador de que a sociedade em geral ainda adota uma postura discriminatória em relação às pessoas Surdas desconhecendo as suas necessidades e características próprias.

Apesar das dificuldades sentidas no acesso à FP verifica-se que as pessoas Surdas têm a noção do quanto, a educação no geral e a FP em particular, são importantes para a integração social, profissional e exercício de cidadania ativa.

- A importância da integração profissional para o exercício de uma cidadania ativa.

Os entrevistados e inquiridos consideram que a integração profissional é importante para o exercício de uma cidadania ativa, contudo, esta não representa um requisito fundamental. Admitem que ter emprego torna mais fácil cumprir com os deveres sociais mas, mesmo sem emprego é perfeitamente possível ser um cidadão ativo.

É pertinente dizer que as pessoas Surdas mantêm uma luta constante na busca de FP, de emprego e reconhecimento social. Esta luta constante é já uma forma de cidadania ativa que pode ser realizada em grupo ou individualmente.

A FP é importante para o desenvolvimento pessoal e profissional e é uma forma de integração na sociedade na medida em que abre portas para o mercado de trabalho. Cidadania é, também, a procura de FP e de emprego, é a luta para se integrar na sociedade.

Apesar de a FP assumir um papel importante para a integração profissional e para o exercício da cidadania ativa, a prática desta está relacionada não só com as condições que o emprego proporciona na integração e interação das pessoas Surdas com a sociedade mas, também, com a forma como as pessoas Surdas se inserem na sociedade.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que, para as pessoas Surdas, a FP é importante para a sua integração e qualificação profissional e, de certa forma, é igualmente importante para o exercício de uma cidadania ativa embora, a participação ativa na sociedade não dependa da integração profissional. Esta é relevante mas, é na atitude individual que a prática de cidadania verdadeiramente se encontra.

A integração profissional pode tornar mais fácil a prática de cidadania ativa, contudo é a FP (educação) que mais influência tem, pois, é através dela que é produzido o conhecimento e desenvolvimento e é através destes que as pessoas Surdas se tornam cidadãos mais ativos, ou melhor dizendo, que todos nos tornamos cidadãos mais ativos.

Importa ressaltar que esta investigação teve como representação o papel da FP para a prática de cidadania de pessoas Surdas como indivíduos, contudo, a cidadania

pode, também, ser praticada através da representação coletiva, seja por movimentações coletivas independentes seja por associativismos, como é o caso das associações de Surdos que, promovem a integração das pessoas Surdas na sociedade defendendo os seus direitos e lutando pelos mesmos.

*"Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem de reconhecer as suas habilidades."*

( Hallahan e Kauffman, 1994)





## **Referências bibliográficas**

AFONSO, Carlos. (2008). *Reflexões sobre a surdez: a Problemática Específica da Surdez*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.

ALMEIDA, Paulo Pereira de e REBELO, Glória (2004), *A Era da competência: Um novo paradigma para a gestão de recursos humanos e o direito do trabalho*, Lisboa, RH Editora

BARBALET, J.M. (1989). *A Cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BAVA, Silvio Caccia. *A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos*. (2003).

CABRAL, Eduardo Jorge de Figueiredo (2005). Dar ouvidos aos Surdos, velhos olhares e novas formas de os escutar. In Orquídea Coelho [Coord.]. *Perscrutar e Escutar a Surdez*. Santa Maria da Feira Edições Afrontamento: 37-57.

CARDIM, José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro (2005), *Formação profissional: Problemas e políticas*, Lisboa, UTL-ISCSP

DALLARI (1998). *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DEMO, Pedro (1994). *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

FUNARI, P. P. A. (2008). *História e arqueologia em movimento*. São Paulo: Annablume Editora

GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Guanabara: RJ: Koogan

GOMES, Maria do Céu (2010). *Lugares e Representações do Outro - A surdez como diferença*. Porto: CIE/Livpsic.

GOLDFELD, Márcia, (1997). *A Criança Surda - Linguagem e Cognição numa perspectiva sóciointeracionista*. São Paulo: Plexus editora.

GOLDFELD, Márcia (2002). *A Criança Surda - Linguagem e Cognição numa perspectiva sóciointeracionista*. São Paulo: Plexus editora

GAZIER B., « *L'employabilité : brève radiographie d'un concept en mutation* », in Sociologie du travail, n°4, 1990, pp.575-584.

LOBOS, Júlio. *Qualidade através das pessoas*. São Paulo, J.Lobos,1991

MARTINS, Maria Raquel Delgado (1986). “*Breve síntese histórica*”, in António Pinho e Melo; Cláudia Moreno; Isabel Amaral; Maria Lurdes Silva; Maria Raquel Delgado Martins. *A criança deficiente auditiva. Situação educativa em Portugal*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, pp. 5-27

NETO, A. L. Machado (1969). *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo: Saraiva Editora

MIRANDA. W. *Comunidades dos surdos: olhares sobre os contatos culturais*. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre. 2001.

MORGAN, Gareth (1997). *Images of Organization*. London: Sage Publications. (2.ª edição).

OAKLAND, John, 1994. *Gerenciamento da qualidade total TQM*, São Paulo, Nobel, 1994

PACHECO, Natércia & CAMELO, João (2005). *Poderes instituintes de uma cultura surda*. In Orquídea Coelho [Coord.]. *Perscrutar e Escutar a Surdez*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, pp. 21-35.

PEREIRA, J. (2008). *Demonstrações de amor: Estudo do papel da Língua Gestual Portuguesa e da cultura Surda no comportamento afectivo de 10 jovens Surdos*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Ciências da Saúde. Lisboa, Portugal.

PERES, Américo Nunes. «*Ser cidadão em tempos difíceis*». Jornal a Página da Educação (03/2006).

PERLIN, GLADIS (1998). *Identidades Surdas. Em Skliar, Carlos (org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Editora Mediação. Porto Alegre.

POCHE, B. (1989). *A construção social da língua*. In: Vermes G.; Boutet, J. (Org.). *Multilingüismo*. Campinas: Editora da UNICAMP

QUADROS, Ronice Muller (1997). **Educação de surdos**. Porto Alegre: Artes Médicas

REDONDO, M. C. da F. CARVALHO, J.M. *Deficiência Auditiva*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação à Distância, 2000.

SACKS, Olivier (1998). *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras.

SASSAKI, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.

SASSAKI, R. *Inclusão: o paradigma do século 21* Revista da Educação Especial ME/SEESP. Brasília/DF, v.1, n.1, 2005. (Disponível em [http://www.polis.org.br/artigo\\_interno.asp?codigo=60](http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=60))

STOKOE, W., Casterline, D. e Croneberg C. (1965). *A dictionary of American Sign Language on linguistic principles*. Gallaudet College Press. Washington DC, EUA.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

### **Legislação consultada e referenciada:**

Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro, nº 2 do artigo 131. Diário da República

Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto. Diário da República

Declaração Universal dos Direitos Humanos(<http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>)

Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro

Diário da República – I Série A – n.º 218 – 20/09/1997 – Lei Constitucional Artigo 74.º  
- alínea h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades

## **Na Margem. Surdez: Formação profissional, cidadania e integração profissional**

Lei nº 46/2006 de 28 de Agosto

Resolução do Conselho de Ministros 120/2006, 21/09/2006

Lei nº 46/2006 de 28 de Agosto

### **Sites consultados**

[http://www.iefp.pt/formacao/Prog\\_Qualif\\_Pessoas\\_Def\\_Incap/Documents/2010\\_01\\_14\\_DV\\_Guia\\_Organizativo\\_Formacao\\_Profissional\\_Certificacao\\_Pessoas\\_Final.pdf](http://www.iefp.pt/formacao/Prog_Qualif_Pessoas_Def_Incap/Documents/2010_01_14_DV_Guia_Organizativo_Formacao_Profissional_Certificacao_Pessoas_Final.pdf)

<http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>

<http://dre.pt/pdf1s/2006/08/16500/62106213.pdf>

<http://www.inr.pt/uploads/docs/programaseprojectos/paipdi/PAIPDIdesenv.pdf>

[http://www.acidi.gov.pt/\\_cfn/4d026c148fe00/live/Declara%C3%A7%C3%A3o+Sobre+os+Direitos+das+Minorias+](http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d026c148fe00/live/Declara%C3%A7%C3%A3o+Sobre+os+Direitos+das+Minorias+)

<http://alvalade.no.sapo.pt/CursoHistCidadania.htm>

# Anexos



# **Anexo 1**

INQUÉRITO





## INQUÉRITO

Surdez: O significado para adultos surdos da formação profissional no exercício da sua cidadania ativa e integração profissional.

Este questionário foi elaborado com o propósito de recolher dados, junto de pessoas Surdas, como contributo para uma investigação no âmbito do mestrado em Educação e Formação de Adultos sobre “a importância reconhecida por adultos surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional”.

Este questionário foi elaborado exclusivamente para pessoas Surdas.

Para responder a este questionário só precisa de dispensar, por obséquio, dois minutos do seu tempo.

Todas as informações são confidenciais. A sua identidade nunca será revelada.

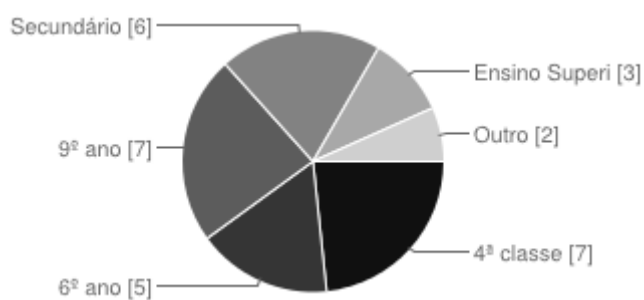
### Idade?

35 33 39 37 38 42 40 22 23 26 27 29 30 32 31 59 58 56 55 62 49 48 45 44

### Profissão?

operario      fabril ajudante      armazen operario      textil pedreiro empregado      de  
mesa Formadora      de      LGP operario      de      limpezas Formador  
LGP Bordador Estudante Domesticatrabalha      abastecer  
carros florista embaladora Pintor padeiro bibliotecario pintor arquiteto tecedeira Formad  
or de LGP lavador

### Habilitações académicas



4ª classe	7	23%
6º ano	5	17%
9º ano	7	23%
Secundário	6	20%
Ensino Superior	3	10%
Outro	2	7%

### Em que área do ensino superior?

arquitetura Educação

### Qual a zona do país onde se encontra a residir?

Lisboa St Tirso lisboa braga Porto porto Braga Guimarães Guarda

### Situação profissional

Desempregado	19	61%
Empregado	10	32%
Outro	1	3%

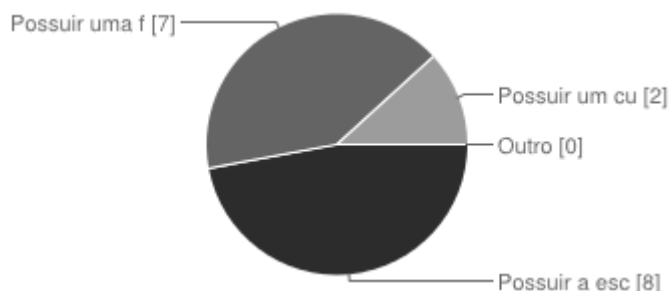
### No caso de estar desempregado, há quanto tempo está nesta situação?

5 anos 6 memse 2 anos 7 anos 10 anos 4 anos 12 anos 1 ano 3 anos 6 meses

### No caso de estar empregado, que função profissional desempenha?

Ensino da LGP no ensino básico Fazer bordados em maquina preparar e pesar as coisas empregado de mesa abastecer carros combustivel Sou formador de Língua Gestual Portuguesa para crianças surdas numa escola limpeza nos predios vidros e escadas e jardins embaladora Guardar livros, limpar estantes, organizar documentos... Armazenar produtos e por datas

### Que qualificações lhe permitiram aceder a esta função profissional?

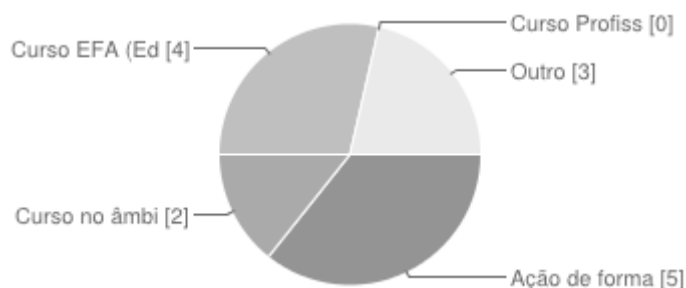


Possuir a escolaridade obrigatória	8	47%
Possuir uma formação profissional adequada ao emprego	7	41%
Possuir um curso superior	2	12%
Outro	0	0%

### Realizou alguma formação profissional específica para exercer essa profissão?

Sim	13	50%
Não	13	50%
Outro	0	0%

### Se sim, que tipo de formação profissional?



Ação de formação específica para a função profissional que desempenho	5	36%
Curso no âmbito do Sistema de Aprendizagem	2	14%

Curso EFA (Educação e Formação de Adultos)	<b>4</b>	29%
Curso Profissional	<b>0</b>	0%
Outro	<b>3</b>	21%

### Com que duração?

2 meses 1 mes 1 ano 3 anos 2 semana

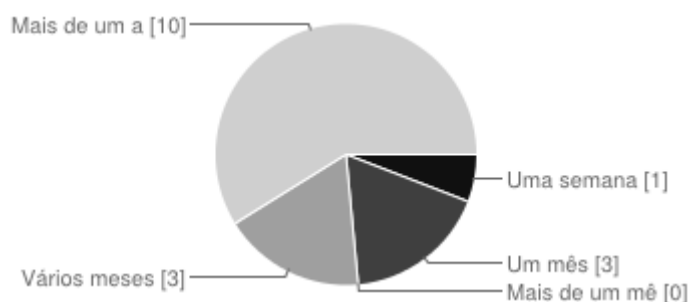
### Em que tipo de entidade realizou essa formação profissional?

na empresa na escola na biblioteca no trabalho escola profissional universidade numa escola escola numa empresa escola lisboa numa escola profissional

### Quanto tempo demorou para encontrar formação profissional depois do ensino obrigatório?

Uma semana	<b>1</b>	6%
Um mês	<b>0</b>	0%
Mais de um mês	<b>0</b>	0%
Vários meses	<b>2</b>	11%
Mais de um ano	<b>11</b>	61%
No ano letivo seguinte	<b>4</b>	22%

### Quanto tempo demora ou demorou para encontrar emprego depois de realizar formação profissional?

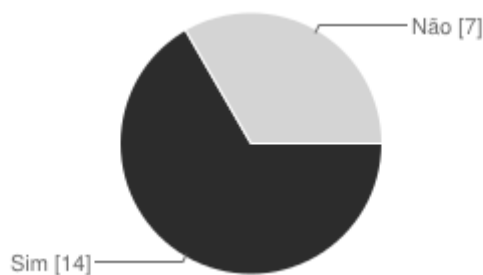


Uma semana	<b>1</b>	6%
Um mês	<b>3</b>	18%
Mais de um mês	<b>0</b>	0%
Vários meses	<b>3</b>	18%
Mais de um ano	<b>10</b>	59%

### Teve acesso à formação profissional pretendida?

Sim	<b>5</b>	19%
Não	<b>22</b>	81%
Outro	<b>0</b>	0%

### Sentiu barreiras no acesso à sua formação profissional?



Sim	<b>14</b>	67%
Não	<b>7</b>	33%

### Que barreiras sentiu no acesso à sua formação profissional?

Dificuldade no acesso a Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa	<b>11</b>	22%
Inexistência de cursos ou ações de formação adaptados para alunos Surdos	<b>18</b>	36%
Discriminação à Surdez	<b>20</b>	40%
Outro	<b>1</b>	2%

### Outras barreiras sentidas que queira relatar.

senti barreiras no portugues escrito Sempre tive acesso a Interpretes de LGP em todos os cursos de formação que tirei. nao ter muita escolhas

### Que barreiras sentiu durante a sua formação profissional?

Falta de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa	<b>6</b>	11%
Dificuldades de interação com os colegas	<b>5</b>	9%
Dificuldades de interação com os professores/formadores	<b>1</b>	2%

Discriminação por ser uma pessoa surda	<b>8</b>	15%
Dificuldades de comunicação	<b>17</b>	32%
Dificuldades de acesso ou compreensão dos materiais utilizados pelos formadores	<b>16</b>	30%
Outro	<b>0</b>	0%

#### **Outras barreiras sentidas que queira relatar.**

Durante a minha formação profissional nunca senti barreiras dado que os colegas eram surdos, e tínhamos interpretes de LGP.

#### **A formação profissional que frequentou foi importante para arranjar/ter um emprego?**

Sim	<b>19</b>	83%
Não	<b>4</b>	17%
Outro	<b>0</b>	0%

#### **Porquê?**

para aprender trabalhar aprender a fazer coisas ser importante aprendi a trabalhar numa padaria ter qualificação para ter trabalho importante porque aprendi a trabalhar Porque é necessário ter estudos

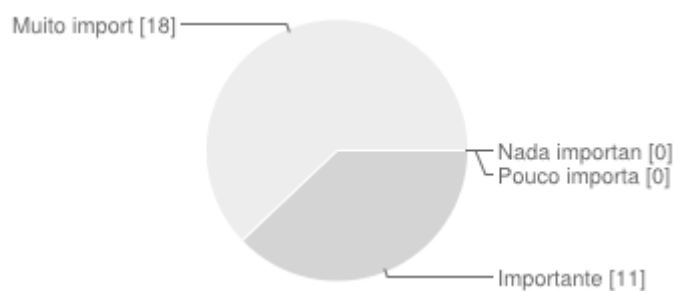
#### **Após estar empregado, teve oportunidade de frequentar formação profissional proporcionada pela sua entidade patronal?**

Sim	<b>5</b>	19%
Não	<b>22</b>	81%
Outro	<b>0</b>	0%

#### **Se respondeu SIM, que formação profissional frequentou?**

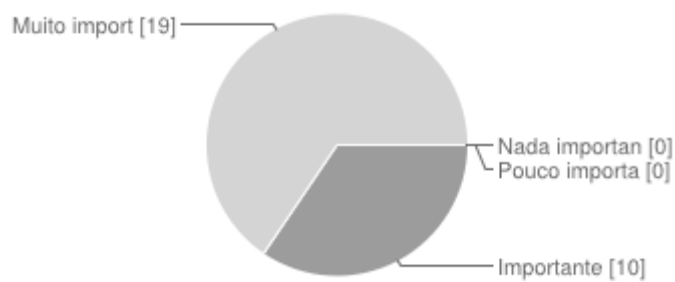
segurança trabalho reciclagens de LGP formas embalar sistemas de organização reciclagens

### Considera importante a formação profissional para Surdos adultos?



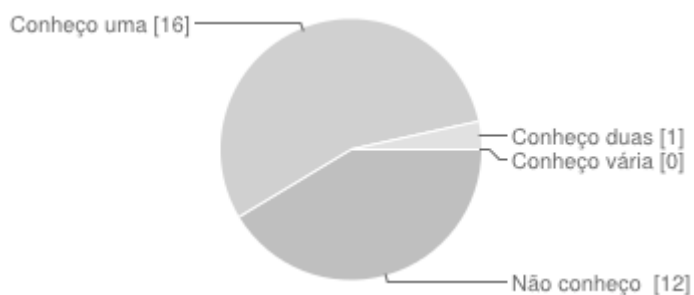
Nada importante	<b>0</b>	0%
Pouco importante	<b>0</b>	0%
Importante	<b>11</b>	38%
Muito importante	<b>18</b>	62%

### Considera importante a formação profissional de Surdos adultos para obter um emprego?



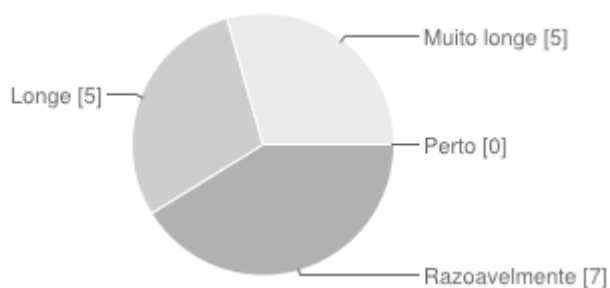
Nada importante	<b>0</b>	0%
Pouco importante	<b>0</b>	0%
Importante	<b>10</b>	34%
Muito importante	<b>19</b>	66%

### Conhece alguma entidade de formação profissional que forme Surdos adultos?



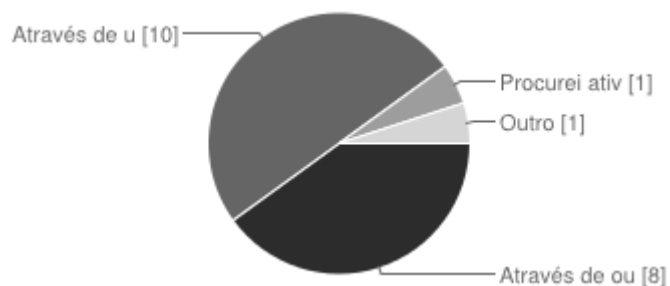
Não conheço nenhuma	<b>12</b>	41%
Conheço uma	<b>16</b>	55%
Conheço duas	<b>1</b>	3%
Conheço várias	<b>0</b>	0%

**No caso de conhecer alguma entidade de formação profissional que forme Surdos Adultos, esta ou estas ficam na sua área de residência?**



Perto	<b>0</b>	0%
Razoavelmente perto	<b>7</b>	41%
Longe	<b>5</b>	29%
Muito longe	<b>5</b>	29%

**Como teve conhecimento da formação profissional para pessoas surdas?**



Através de outras pessoas surdas	<b>8</b>	40%
Através de uma Associação de pessoas surdas	<b>10</b>	50%
Procurei ativamente informação sobre esse assunto	<b>1</b>	5%
Outro	<b>1</b>	5%

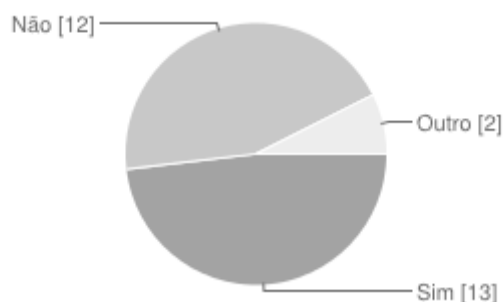


**No caso dos adultos surdos, considera que a formação profissional é uma forma de melhorarem as possibilidades de arranjar/ter emprego?**



Sim	<b>25</b>	96%
Não	<b>1</b>	4%
Outro	<b>0</b>	0%

**Acha que o desempenho de um trabalho está relacionado com o exercício da cidadania?**

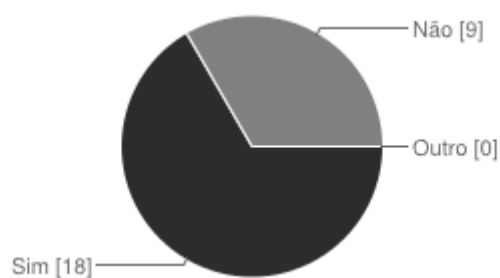


Sim	<b>13</b>	48%
Não	<b>12</b>	44%
Outro	<b>2</b>	7%

### **Porquê?**

vivemos na mesma sociedade sou cidadão se não dinheiro tem e mais difícil viver pode sim e pode não porque se tem dinheiro é fácil para viver e pagar impostos mas se dinheiro não há pode fazer cidadania também Cidadania é saber viver em sociedade e é possível sermos cidadãos ativos mesmo sem ter emprego, embora ter emprego possa nos dar mais facilidades de praticar cidadania ativa Ajuda a ter mais vontade de participar na sociedade porque podemos ajudar outros surdos estar integrado sociedade eu ser cívico sem ter trabalho sempre pode ter emprego e fazer cidadania porque é um fator axiliador para cumprir os nossos deveres para com a sociedade para podermos garantir os nossos direitos posso fazer as coisas e pagar e também estudar ajuda a viver na sociedade não tem trabalho para todos sou arrumado nas rua mesmo sem emprego podemos comprar coisas e ajudar outros surdos

**Considera-se um(a) cidadão(ã) ativo no que respeita ao exercício da cidadania?**



Sim	<b>18</b>	67%
Não	<b>9</b>	33%
Outro	<b>0</b>	0%

**Na sua opinião, das seguintes possibilidades quais são as facilitadoras para o exercício de cidadania ativa?**

Ter emprego	<b>26</b>	35%
Estar plenamente integrado na sociedade	<b>4</b>	5%
Fazer parte de uma Associação que defenda os interesses das pessoas surdas	<b>7</b>	9%
Participar politicamente na vida do país	<b>4</b>	5%
Lutar todos os dias pelos direitos das pessoas surdas	<b>7</b>	9%
Ter acesso aos meios de comunicação social para alertar a população sobre os problemas que afectam a comunidade surda em Portugal	<b>1</b>	1%
Ser compreendido pela sociedade	<b>24</b>	32%
Outro	<b>1</b>	1%

**Na sua opinião, quais são as barreiras que enfrenta para o exercício de uma cidadania ativa?**

Falta de formação profissional	<b>19</b>	22%
Falta de emprego	<b>21</b>	24%
Discriminação social	<b>27</b>	31%
Dificuldades de comunicação	<b>20</b>	23%
Outro	<b>0</b>	0%



# **Anexo 2**

## **DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**



## **Declaração de consentimento informado**

Venho por este meio pedir a sua colaboração para uma investigação no âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Educação e Formação de Adultos, em realização na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. A dissertação tem como título provisório «**Na Margem** - *“A importância reconhecida por adultos surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional”*».

Em particular, venho solicitar a sua disponibilidade para a concessão de uma entrevista que visa recolher informação acerca da sua experiência profissional e pedir a sua autorização para poder fazer registos dessa entrevista, nomeadamente gravação de áudio e tomada de notas escritas, sendo que todo o material recolhido será exclusivamente utilizado para efeitos de investigação.

No caso de não aceitar ou decidir sair do estudo no seu decurso, essa decisão não terá quaisquer consequências para si. No caso de aceitar, agradeço desde já a sua colaboração.

Salientamos que esperamos que os resultados deste trabalho venham a ser um contributo para compreender a realidade da comunidade surda face ao mundo da formação e do trabalho em Portugal, bem como para identificar desafios colocados aos s intérpretes de LGP no contexto da formação e da educação escolar.

### **Consentimento Informado**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome), declaro que ouvi todas as explicações acerca do pedido que me é feito, pude fazer todas as perguntas que necessitei, entendi as explicações que me foram dadas e é de minha livre vontade que decido participar neste estudo.

Porto, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura, \_\_\_\_\_





# **Anexo 3**

## **ROTEIROS E RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS (SURDOS)**



## Roteiro da entrevista (A)

**Tema:** “A importância reconhecida por adultos surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional”.

Esta entrevista destina-se a recolher informações junto de pessoas Surdas com a finalidade de compreender o significado e importância da formação profissional para o exercício da cidadania e integração profissional sob o ponto de vista do entrevistado.

Os dados obtidos serão analisados e apenas divulgados mediante autorização do entrevistado.

Informação relativa ao entrevistado (nome fictício: Lara)

1. Qual a sua idade?  
*36*
2. Qual a sua habilitação académica?  
*Formadora de LGP*
3. Está ou esteve profissionalmente ligado à Surdez/Língua Gestual?  
*Sim*
4. Poderia descrever brevemente o seu percurso de formação escolar e/ou de formação profissional até agora?  
*Fiz a escola sempre no ensino regular até ao secundário e depois fui para o ensino superior.*
5. Teve alguma dificuldade ou sentiu alguma barreira no acesso à formação escolar ou à formação profissional pretendida?  
*Não tive dificuldades porque o curso que queria estava ligado à surdez e era um requisito saber bem a LGP.*
6. Alguma vez sentiu discriminação na escola ou na formação profissional pelo fato de ser Surdo? Se sim, como é que essa discriminação se manifestou?  
*Sim. Acho que todos os surdos já passaram por isso. No meu caso foi em relação aos colegas ouvintes e também na participação de algumas atividades ficava de parte.*
7. Considera que exerce uma cidadania ativa nos diferentes espaços da sua vida (no trabalho, na vida do país, junto de outras pessoas surdas...)?  
*Sim penso que cumpro com os meus deveres.*
8. Que formas de participação e de intervenção cívica tem especificamente como cidadão surdo?  
*Tento preparar os meus alunos para aprender a viver em sociedade sem nunca se esquecerem que são surdos mas que vivem numa sociedade ouvinte.*

Informação relativa à comunidade Surda

1. Mantém alguma ligação à comunidade Surda ou a associações representativas das pessoas surdas? Em caso afirmativo, desde quando e porquê?  
*Sempre estive ligada à comunidade Surda desde pequena porque os meus pais também são surdos e eu sempre convivi com surdos.*
2. Qual a sua opinião sobre a relação da comunidade ouvinte com a comunidade Surda?  
*Acho que a comunidade ouvinte não conhece a comunidade Surda, não sabe o que é ser surdo e não se preocupa em saber comunicar com surdos. Os ouvintes podem aprender LGP mas os surdos não conseguem aprender a ouvir.*
3. Considera que os Surdos têm acesso a formação profissional nas áreas que pretendem?  
*Não têm porque os cursos para surdos são poucos.*
4. Na sua opinião e de uma forma geral as entidades de formação profissional criam condições necessárias para acolherem pessoas Surdas? Por que acha isso?  
*Acho que não porque é sempre necessário ter um intérprete de LGP que fica caro para as escolas ou instituições. E também porque têm pouco conhecimento das necessidades dos surdos.*
5. Na sua opinião, o acesso à formação profissional pode ser condicionado pela área geográfica onde a pessoa Surda vive?  
*Sim, existem muitos surdos que não têm recursos para se deslocarem aos locais onde possam existir cursos. Mesmo quando esses cursos são nas associações de Surdos se os surdos forem de muito longe não conseguem ir.*  
*Se um surdo vive numa grande cidade como o Porto tem mais facilidades porque está mais perto das escolas e das associações de Surdos.*
6. Na sua opinião ainda existe preconceito em relação à pessoa Surda quando esta tenta entrar no mercado de trabalho? Por que acha isso?  
*Existe muito preconceito porque os ouvintes ainda pensam que os surdos têm menos capacidades porque não ouvem.*
7. Se sim e se pudesse mudar a sociedade nesse sentido qual seria a 1ª medida que deveria ser tomada?  
*Penso que se nas escolas houvesse LGP como há Inglês as pessoas conheciam melhor as pessoas surdas e as suas necessidades. Aprendiam a respeitar as diferenças.*
8. Considera correto associar a formação profissional e integração profissional ao exercício da cidadania ativa das pessoas surdas?  
*Esta relacionada porque com formação profissional podemos ter emprego e sermos mais ativos na sociedade, mas se não tivermos emprego penso que não deixaremos de conseguir praticar cidadania.*
9. “Cidadania, basicamente, é ter direitos e deveres. Surdos e ouvintes têm os mesmos direitos e deveres aos olhos da lei, contudo existem leis que garantem a integração da pessoa Surda na sociedade (educação, saúde, mercado de trabalho...etc.) ”. Considera que essas leis garantem os direitos e deveres das

peessoas Surdas ou, pelo contrário, o que falha é a plena aplicação das leis para que estas surtam efeito?

*Ainda bem que existem leis mas elas são ignoradas muitas vezes e na minha opinião não são as leis que mudam as pessoas. É na educação que se deve tentar mudar os pensamentos.*

10. Na sua opinião quais são as principais barreiras que as pessoas Surdas encontram no acesso à formação profissional e ao mercado de trabalho?

*A maior barreira é encontrar formação profissional na área que se quer e depois para encontrar trabalho é a discriminação que existe em relação a surdos. Mas há quem consegue felizmente.*

11. Considera que a situação das pessoas surdas no que respeita ao exercício de uma cidadania ativa e de acesso ao mercado de trabalho tem-se transformado nos últimos anos? Como?

*Um pouco, temos mais acesso a intérpretes de LGP nas escolas, há mais Interpretes do que antes, as escolas já começam a procurar soluções quando os alunos surdos acabam a escolaridade e isso vai, lentamente, abrindo algumas portas.*

Quer acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado ou que ache que deva falar?

Obrigado pela atenção e disponibilidade



## Roteiro da entrevista (B)

**Tema:** “A importância reconhecida por adultos surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional”.

Esta entrevista destina-se a recolher informações junto de pessoas Surdas com a finalidade de compreender o significado e importância da formação profissional para o exercício da cidadania e integração profissional sob o ponto de vista do entrevistado.

Os dados obtidos serão analisados e apenas divulgados mediante autorização do entrevistado.

Informação relativa ao entrevistado (nome fictício: Pedro)

1. Qual a sua idade?  
*40*
2. Qual a sua habilitação académica?  
*Tenho o 9º ano.*
3. Está ou esteve profissionalmente ligado à Surdez/Língua Gestual?  
*Nunca estive.*
4. Poderia descrever brevemente o seu percurso de formação escolar e/ou de formação profissional até agora?  
*Andei na escola até ao 6º ano. Depois fiz o 9º ano nas novas oportunidades.*
5. Teve alguma dificuldade ou sentiu alguma barreira no acesso à formação escolar ou à formação profissional pretendida?  
*A comunicação era a maior dificuldade e depois desisti de procurar.*
6. Alguma vez sentiu discriminação na escola ou na formação profissional pelo fato de ser Surdo? Se sim, como é que essa discriminação se manifestou?  
*Sempre fui discriminado pelos meus colegas ouvintes. Não brincavam comigo.*
7. Considera que exerce uma cidadania ativa nos diferentes espaços da sua vida (no trabalho, na vida do país, junto de outras pessoas surdas...)?  
*Sim, sempre cumpro com as minhas obrigações.*
8. Que formas de participação e de intervenção cívica tem especificamente como cidadão surdo?  
*Ajudo quando posso os amigos surdos.*

Informação relativa à comunidade Surda

1. Mantém alguma ligação à comunidade Surda ou a associações representativas das pessoas surdas? Em caso afirmativo, desde quando e porquê?  
*As vezes vou à associação do Porto mas muito raro. Tenho um grupo de amigos surdos aqui em Guimarães.*

2. Qual a sua opinião sobre a relação da comunidade ouvinte com a comunidade Surda?  
*É complicado porque os ouvintes não conhecem os surdos e não sabem LGP e nós surdos não conseguimos oralizar e por isso há uma separação. Mas eu fico triste com isso porque convivo com pessoas ouvintes e sei que se tiverem paciência com o tempo podemos comunicar bem.*
3. Considera que os Surdos têm acesso a formação profissional nas áreas que pretendem?  
*Na minha altura não, agora não sei mas sei de surdos que não encontram facilmente formação profissional.*
4. Na sua opinião e de uma forma geral as entidades de formação profissional criam condições necessárias para acolherem pessoas Surdas? Por que acha isso?  
*Não porque quando procurei formação diziam que eu tinha que arranjar intérprete de LGP e eu não podia pagar.*
5. Na sua opinião, o acesso à formação profissional pode ser condicionado pela área geográfica onde a pessoa Surda vive?  
*Sim porque aqui em Guimarães não tinha e tinha que ir pro Porto ou para Braga.*
6. Na sua opinião ainda existe preconceito em relação à pessoa Surda quando esta tenta entrar no mercado de trabalho? Por que acha isso?  
*Sim porque pensam que não vamos conseguir fazer as coisas direito. Eu tenho trabalho numa empresa de tecidos porque o patrão conhece a minha família e sabe que sou trabalhador.*
7. Se sim e se pudesse mudar a sociedade nesse sentido qual seria a 1ª medida que deveria ser tomada?  
*Mostrar que os surdos são capazes de fazer tudo como os outros.*
8. Considera correto associar a formação profissional e integração profissional ao exercício da cidadania ativa das pessoas surdas?  
*Não porque podemos participar na sociedade sem ter trabalho.*
9. “Cidadania, basicamente, é ter direitos e deveres. Surdos e ouvintes têm os mesmos direitos e deveres aos olhos da lei, contudo existem leis que garantem a integração da pessoa Surda na sociedade (educação, saúde, mercado de trabalho...etc.)”. Considera que essas leis garantem os direitos e deveres das pessoas Surdas ou, pelo contrário, o que falha é a plena aplicação das leis para que estas surtam efeito?  
*Não conheço as leis mas se elas existem não fazem nada porque as barreiras são muitas.*
10. Na sua opinião quais são as principais barreiras que as pessoas Surdas encontram no acesso à formação profissional e ao mercado de trabalho?  
*É a comunicação com os ouvintes, não ter intérpretes de LGP e não haver trabalho.*



11. Considera que a situação das pessoas surdas no que respeita ao exercício de uma cidadania ativa e de acesso ao mercado de trabalho tem-se transformado nos últimos anos? Como?

*Sim porque antes nem na televisão havia tradução e agora há alguma e podemos receber mais informação sobre os nossos direitos.*

Quer acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado ou que ache que deva falar?

Obrigado pela atenção e disponibilidade



## Roteiro da entrevista (C)

**Tema:** “A importância reconhecida por adultos surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional”.

Esta entrevista destina-se a recolher informações junto de pessoas Surdas com a finalidade de compreender o significado e importância da formação profissional para o exercício da cidadania e integração profissional sob o ponto de vista do entrevistado.

Os dados obtidos serão analisados e apenas divulgados mediante autorização do entrevistado.

Informação relativa ao entrevistado (nome fictício: João)

1. Qual a sua idade?  
*30*
2. Qual a sua habilitação académica?  
*12º ano*
3. Está ou esteve profissionalmente ligado à Surdez/Língua Gestual?  
*Não*
4. Poderia descrever brevemente o seu percurso de formação escolar e/ou de formação profissional até agora?  
*Fui para a escola normal até ao 9º ano mas reprovei muitos anos porque não tinha intérprete de LGP. Depois de alguns anos os meus pais mudaram-se para Braga e eu fui acabar o 12º ano e foi melhor porque tinha intérprete.*
5. Teve alguma dificuldade ou sentiu alguma barreira no acesso à formação escolar ou à formação profissional pretendida?  
*Eu queria ser informático porque gosto de computadores mas nenhuma escola tinha cursos desses para surdos. Só tirei essa formação através da associação de Surdos.*
6. Alguma vez sentiu discriminação na escola ou na formação profissional pelo fato de ser Surdo? Se sim, como é que essa discriminação se manifestou?  
*Na escola sim, pelos meus colegas e alguns professores. Nunca brincavam comigo. Sentia-me sempre sozinho na escola.*
7. Considera que exerce uma cidadania ativa nos diferentes espaços da sua vida (no trabalho, na vida do país, junto de outras pessoas surdas...)?  
*Acho que sim porque eu falo com pessoas surdas e tento dar conselhos.*
8. Que formas de participação e de intervenção cívica tem especificamente como cidadão surdo?  
*Eu gostava de poder criar sítio para surdos de idosos com atividades mas como não tenho trabalho ainda não posso.*

Informação relativa à comunidade Surda

1. Mantém alguma ligação à comunidade Surda ou a associações representativas das pessoas surdas? Em caso afirmativo, desde quando e porquê?  
*Não vou para a associação mas falo com muitas pessoas que vão. Só vou as vezes porque é caro ir sempre.*
2. Qual a sua opinião sobre a relação da comunidade ouvinte com a comunidade Surda?  
*Não muito boa. Os ouvintes não nos conhecem, sabem que não falamos e ficam a olhar.*
3. Considera que os Surdos têm acesso a formação profissional nas áreas que pretendem?  
*Não porque nunca há formações para surdos.*
4. Na sua opinião e de uma forma geral as entidades de formação profissional criam condições necessárias para acolherem pessoas Surdas? Por que acha isso?  
*Acho que não mas as que criam condições são sempre longe, nas grandes cidades e nem todos os surdos podem ir.*
5. Na sua opinião, o acesso à formação profissional pode ser condicionado pela área geográfica onde a pessoa Surda vive?  
*Sim.*
6. Na sua opinião ainda existe preconceito em relação à pessoa Surda quando esta tenta entrar no mercado de trabalho? Por que acha isso?  
*Sim porque quando vou procurar trabalho e notam que sou surdo dizem que não têm vagas.*
7. Se sim e se pudesse mudar a sociedade nesse sentido qual seria a 1ª medida que deveria ser tomada?  
*Não sei bem. Mudava muita coisa. Talvez mostrar que os surdos são trabalhadores.*
8. Considera correto associar a formação profissional e integração profissional ao exercício da cidadania ativa das pessoas surdas?  
*Talvez sim porque como estou desempregado não posso ajudar os surdos como eu queria.*
9. “Cidadania, basicamente, é ter direitos e deveres. Surdos e ouvintes têm os mesmos direitos e deveres aos olhos da lei, contudo existem leis que garantem a integração da pessoa Surda na sociedade (educação, saúde, mercado de trabalho...etc.) ”. Considera que essas leis garantem os direitos e deveres das pessoas Surdas ou, pelo contrário, o que falha é a plena aplicação das leis para que estas surtam efeito?  
*Sei que há leis mas não sei porque não são seguidas. Talvez se fossem bem aplicadas seria mais fácil para nós.*
10. Na sua opinião quais são as principais barreiras que as pessoas Surdas encontram no acesso à formação profissional e ao mercado de trabalho?  
*A dificuldade em comunicar é a principal barreira para a formação e trabalho.*

11. Considera que a situação das pessoas surdas no que respeita ao exercício de uma cidadania ativa e de acesso ao mercado de trabalho tem-se transformado nos últimos anos? Como?

*Acho que sim porque agora há mais formação e mais intérpretes de LGP e assim pode-se aprender mais sobre a sociedade.*

Quer acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado ou que ache que deva falar?

Obrigado pela atenção e disponibilidade



## Roteiro da entrevista (D)

**Tema:** “A importância reconhecida por adultos surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional”.

Esta entrevista destina-se a recolher informações junto de pessoas Surdas com a finalidade de compreender o significado e importância da formação profissional para o exercício da cidadania e integração profissional sob o ponto de vista do entrevistado.

Os dados obtidos serão analisados e apenas divulgados mediante autorização do entrevistado.

Informação relativa ao entrevistado (nome fictício: Ana)

1. Qual a sua idade?  
*56*
2. Qual a sua habilitação académica?  
*4ª Classe*
3. Está ou esteve profissionalmente ligado à Surdez/Língua Gestual?  
*Não.*
4. Poderia descrever brevemente o seu percurso de formação escolar e/ou de formação profissional até agora?  
*Estive 6 anos na escola para fazer a 4ª classe e depois fui trabalhar.*
5. Teve alguma dificuldade ou sentiu alguma barreira no acesso à formação escolar ou à formação profissional pretendida?  
*Nunca tive formação profissional.*
6. Alguma vez sentiu discriminação na escola ou na formação profissional pelo fato de ser Surdo? Se sim, como é que essa discriminação se manifestou?  
*Sim. Pelos colegas e professores que não se preocupavam em ensinar.*
7. Considera que exerce uma cidadania ativa nos diferentes espaços da sua vida (no trabalho, na vida do país, junto de outras pessoas surdas...)?  
*Eu pago as minhas coisas por isso sim.*
8. Que formas de participação e de intervenção cívica tem especificamente como cidadão surdo?  
*Tento ajudar os meus amigos como posso.*

Informação relativa à comunidade Surda

1. Mantém alguma ligação à comunidade Surda ou a associações representativas das pessoas surdas? Em caso afirmativo, desde quando e porquê?  
*É raro ir à associação. Sou casada com um ouvinte e tenho filhos ouvintes mas tenho também os meus amigos surdos.*

2. Qual a sua opinião sobre a relação da comunidade ouvinte com a comunidade Surda?  
*Os ouvintes tratam mal os surdos porque não os conhecem. Se houvesse mais informação sobre os surdos nas escolas, por exemplo, os ouvintes aceitariam melhor os surdos e perceberiam que podemos fazer o que eles fazem.*
3. Considera que os Surdos têm acesso a formação profissional nas áreas que pretendem?  
*Não.*
4. Na sua opinião e de uma forma geral as entidades de formação profissional criam condições necessárias para acolherem pessoas Surdas? Por que acha isso?  
*Não porque não acham muito importante.*
5. Na sua opinião, o acesso à formação profissional pode ser condicionado pela área geográfica onde a pessoa Surda vive?  
*Sim.*
6. Na sua opinião ainda existe preconceito em relação à pessoa Surda quando esta tenta entrar no mercado de trabalho? Por que acha isso?  
*Sim porque simplesmente ainda existe preconceito em relação ao surdo no geral.*
7. Se sim e se pudesse mudar a sociedade nesse sentido qual seria a 1ª medida que deveria ser tomada?  
*Juntar mais surdos e ouvintes. Fazer mais convívios.*
8. Considera correto associar a formação profissional e integração profissional ao exercício da cidadania ativa das pessoas surdas?  
*Agora sim porque sem formação profissional é muito difícil ter emprego e sem emprego é difícil cumprir com as obrigações sociais.*
9. “Cidadania, basicamente, é ter direitos e deveres. Surdos e ouvintes têm os mesmos direitos e deveres aos olhos da lei, contudo existem leis que garantem a integração da pessoa Surda na sociedade (educação, saúde, mercado de trabalho...etc.)”. Considera que essas leis garantem os direitos e deveres das pessoas Surdas ou, pelo contrário, o que falha é a plena aplicação das leis para que estas surtam efeito?  
*Acho que não são as leis porque existem tantas leis pra tanta coisa e mesmo assim há muita coisa na sociedade que está mal.*
10. Na sua opinião quais são as principais barreiras que as pessoas Surdas encontram no acesso à formação profissional e ao mercado de trabalho?  
*É sem dúvida a comunicação, não ter intérprete de LGP e o preconceito que encontram.*
11. Considera que a situação das pessoas surdas no que respeita ao exercício de uma cidadania ativa e de acesso ao mercado de trabalho tem-se transformado nos últimos anos? Como?  
*Sim e muito porque agora temos mais acesso à informação embora a mentalidade dos ouvintes continue atrasada e não contratam surdos para trabalhar.*



Quer acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado ou que ache que deva falar?

Obrigado pela atenção e disponibilidade



## Roteiro da entrevista (E)

**Tema:** “A importância reconhecida por adultos surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional”.

Esta entrevista destina-se a recolher informações junto de pessoas Surdas com a finalidade de compreender o significado e importância da formação profissional para o exercício da cidadania e integração profissional sob o ponto de vista do entrevistado.

Os dados obtidos serão analisados e apenas divulgados mediante autorização do entrevistado.

Informação relativa ao entrevistado(nome fictício: Sandra)

1. Qual a sua idade?  
*27*
2. Qual a sua habilitação académica?  
*12ºano*
3. Está ou esteve profissionalmente ligado à Surdez/Língua Gestual?  
*Não.*
4. Poderia descrever brevemente o seu percurso de formação escolar e/ou de formação profissional até agora?  
*Fui para a escola normal até ao 9ºano e depois fui para outra escola tirar o 12º ano. As vezes tinha Intérprete na sala e outras vezes estava sozinho. Foi difícil.*
5. Teve alguma dificuldade ou sentiu alguma barreira no acesso à formação escolar ou à formação profissional pretendida?  
*Sim porque não havia a formação que queria.*
6. Alguma vez sentiu discriminação na escola ou na formação profissional pelo fato de ser Surdo? Se sim, como é que essa discriminação se manifestou?  
*Sim senti com os colegas da escola.*
7. Considera que exerce uma cidadania ativa nos diferentes espaços da sua vida (no trabalho, na vida do país, junto de outras pessoas surdas...)?  
*Sim.*
8. Que formas de participação e de intervenção cívica tem especificamente como cidadão surdo?  
*Participo nas atividades da associação de Surdos.*

Informação relativa à comunidade Surda

1. Mantém alguma ligação à comunidade Surda ou a associações representativas das pessoas surdas? Em caso afirmativo, desde quando e porquê?  
*Sim, desde sempre porque os meus pais também são surdos e sempre estiveram ligados à associação.*

2. Qual a sua opinião sobre a relação da comunidade ouvinte com a comunidade Surda?  
*Acho que os ouvintes não respeitam os surdos porque não os conhecem.*
3. Considera que os Surdos têm acesso a formação profissional nas áreas que pretendem?  
*Não.*
4. Na sua opinião e de uma forma geral as entidades de formação profissional criam condições necessárias para acolherem pessoas Surdas? Por que acha isso?  
*Não porque é difícil juntar muitos surdos para ter uma turma e as escolas dizem que fica muito caro se forem poucos alunos surdos.*
5. Na sua opinião, o acesso à formação profissional pode ser condicionado pela área geográfica onde a pessoa Surda vive?  
*Sim porque quando há cursos é sempre nos grandes centros.*
6. Na sua opinião ainda existe preconceito em relação à pessoa Surda quando esta tenta entrar no mercado de trabalho? Por que acha isso?  
*Existe muito preconceito porque as empresas pensam que os surdos são menos capazes.*
7. Se sim e se pudesse mudar a sociedade nesse sentido qual seria a 1ª medida que deveria ser tomada?  
*Mostrar as empresas que os surdos são capazes e inteligentes como os ouvintes e que até podem trabalhar mais porque falam muito menos que os ouvintes no trabalho.*
8. Considera correto associar a formação profissional e integração profissional ao exercício da cidadania ativa das pessoas surdas?  
*Acho que para ser um cidadão ativo não é preciso ter trabalho mas a formação é importante para ter trabalho e ajuda a ser mais ativo na sociedade.*
9. “Cidadania, basicamente, é ter direitos e deveres. Surdos e ouvintes têm os mesmos direitos e deveres aos olhos da lei, contudo existem leis que garantem a integração da pessoa Surda na sociedade (educação, saúde, mercado de trabalho...etc.)”. Considera que essas leis garantem os direitos e deveres das pessoas Surdas ou, pelo contrário, o que falha é a plena aplicação das leis para que estas surtam efeito?  
*Não percebo nada de leis mas acho que as que existem não funcionam bem porque existem muitos surdos desempregados.*
10. Na sua opinião quais são as principais barreiras que as pessoas Surdas encontram no acesso à formação profissional e ao mercado de trabalho?  
*São as pessoas ouvintes que discriminam os surdos, não nos compreendem nem falam connosco por sermos surdos.*
11. Considera que a situação das pessoas surdas no que respeita ao exercício de uma cidadania ativa e de acesso ao mercado de trabalho tem-se transformado nos últimos anos? Como?

*Os surdos têm mais direitos e participam mais na luta por direitos mas a sociedade ouvinte continua a não aceitar os surdos as suas diferenças e as suas necessidades.*

Quer acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado ou que ache que deva falar?

Obrigado pela atenção e disponibilidade



# **Anexo 4**

## **ROTEIRO E RESPOSTA DA ENTREVISTA (EMPRESÁRIA)**





## **Roteiro da entrevista (F)**

**Tema:** “A importância reconhecida por adultos surdos do papel da formação profissional para o exercício de uma cidadania ativa e integração profissional”.

Esta entrevista destina-se a recolher informações junto de uma entidade empresarial com vista a perceber como uma empresa encara a contratação de uma pessoa Surda. Quais as características que poderiam levar à contratação e quais as que poderiam levar à não contratação? É, também, intenção desta entrevista perceber como uma determinada entidade empresarial olha para o seu papel na sociedade em relação à integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Os dados obtidos serão analisados e divulgados mediante autorização do entrevistado.

Informação relativa ao entrevistado

1. Qual a sua habilitação académica?

*Sou licenciada em Comércio Internacional*

2. Qual a sua idade?

*47*

3. Já teve algum contato com pessoas Surdas?

*Profissionalmente não mas, socialmente sim.*

4. Tem conhecimento da legislação em vigor em relação à integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho?

*Concretamente não, não sei as leis de cabeça mas sei que existe legislação nesse sentido.*

5. A sua empresa intervém, de alguma forma, no desenvolvimento social da localidade onde se encontra?

*Sim, de fato apoiamos um clube desportivo futebolístico. Penso que de alguma forma contribuímos para o desenvolvimento social.*

Informação relativa à comunidade Surda

1. A sua empresa recebe pedidos de trabalho de pessoas Surdas?

*Já aconteceu mas é muito raro.*

2. A sua empresa está aberta a esses pedidos?

*Sim, claro que sim.*

3. Quais seriam as razões que levariam a sua empresa a contratar uma pessoa Surda?

*Para ser sincera se houvesse benefícios fiscais atrativos a empresa consideraria essa hipótese. Dirijo um negócio e não uma instituição de caridade.*

4. E as que não levariam à sua contratação?

*Penso que, no caso da minha empresa, seria mesmo a surdez, pois, a audição é necessária para executar algumas tarefas.*

5. Acha que o fato de não se perceber muito bem as características de uma pessoa Surda potencia a não contratação?

*Talvez sim.*

6. Caso a sua empresa decidisse contratar uma pessoa Surda consideraria a hipótese de implementar formação em Língua Gestual Portuguesa para os restantes colaboradores interessados?

*Sim, se isso fosse vantajoso para todos e para a empresa.*

7. Supondo que para o mesmo posto de trabalho concorrem uma pessoa ouvinte e uma pessoa Surda, com as mesmas qualificações profissionais, qual seria a sua forma de escolha? A surdez seria à partida um fator eliminatório?

*Sim, seria. Como referi a audição é fundamental para a execução de algumas tarefas.*

8. Acha que as empresas discriminam as pessoas com deficiência? Porquê?

*Acho que sim, as pessoas com deficiência são vistas, pelas empresas no geral, como menos produtivas.*

9. Acha que as empresas simplesmente ignoram a legislação em vigor? Porquê?

*Ignorar não ignoram mas, como a contratação de pessoas com deficiência depende da vontade das empresas, então, nem se preocupam com as leis nesse sentido.*

10. Na sua opinião a não contratação de uma pessoa Surda passa por ser mais fácil e menos trabalhoso para a empresa contratar uma pessoa ouvinte? Se sim, porquê?

*Sem dúvida que as empresas preferem contratar pessoas ouvintes por ser mais fácil e também porque não existem muitos pedidos de trabalho das pessoas surdas.*

11. Tem consciência de que as pessoas Surdas têm os mesmos direitos e deveres no que respeita à cidadania?

*Sim, tenho consciência disso.*

12. Acha que o Estado enquanto responsável por promover a integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência não cria incentivos atraentes para haver contratações?

*Pessoalmente acho que o Estado poderia fazer muito mais. As empresas existem para gerar dinheiro. Se o Estado criar condições que tornem a contratação de pessoas com deficiência mais vantajosa, então, haveria mais contratações.*

13. O que pensa sobre a mesma responsabilidade social que as empresas têm na integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência?

*Realmente é uma pergunta pertinente. Concordo com a responsabilidade social das empresas. Sei que algumas empresas já adotam políticas nesse sentido mas, meramente porque são obrigadas para obter certo grau de certificação. Como disse tudo é um negócio.*

14. O que pensa, de um modo geral, sobre a posição das empresas no que respeita à contratação de pessoas com deficiência em Portugal?

*Penso que ainda há muito a fazer. A relação das empresas com o Estado, nesse sentido, é muito distante.*

Quer acrescentar alguma coisa? Algo que eu não tenha perguntado ou que ache que deva falar?

*Gostaria de dizer que apesar de dirigir uma empresa, de pensar em números que garantam a sustentabilidade da empresa, não fico indiferente às questões sociais. Talvez agora, com a sua ajuda, esteja mais consciencializada sobre novas realidades. Obrigado*

Obrigado pela atenção e disponibilidade

